

MAR-ABR 2017

Ministério

Uma revista para pastores e líderes de igreja

Exemplar avulso: R\$ 14,98



O PASTOR-TEÓLOGO

A hermenêutica a
serviço do ministério



O obreiro aprovado

Paulo, ao escrever sua última carta a Timóteo, expressou preocupação acerca da relação entre o líder e o estudo da Palavra de Deus. Ele afirmou: “Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade” (2Tm 2:15).

O verbo manejar (gr. *orthotomeō*) pode ser traduzido como “cortar retamente”. Os comentaristas discutem as possibilidades do que poderia significar a expressão, quando aplicada ao trato com a Bíblia. F. F. Bruce, um especialista em literatura paulina, afirmou: “O retrato na mente de Paulo pode ter sido o de um sulco ou de uma estrada reta, ou possivelmente de um pedreiro buscando a simetria perfeita no seu trabalho. Ambos podem estar por trás desse apelo à exegese correta e equilibrada das Escrituras Sagradas.”

Esse é um desafio contínuo para a liderança cristã. Como fazer uma exegese “correta e equilibrada” da Bíblia, de modo a ser aperfeiçoado por ela e tornar-se um instrumento efetivo de sua proclamação?

A história da interpretação bíblica aponta para o desenvolvimento de uma variedade significativa de métodos interpretativos. A diversidade começou com os judeus que, no período anterior ao surgimento do cristianismo, elaboraram normas de interpretação que iam desde a exegese escribal, passando pela comunidade de Qumrã, pelas tradições rabínicas, até Filo de Alexandria. No contexto cristão, a trajetória de mais de 2 mil anos de estudo da Bíblia testemunhou extremos metodológicos semelhantes aos da cultura exegetica judaica, e também foi palco do surgimento de abordagens místicas, racionalistas, liberais e, atualmente, pós-modernas.

Diante da multiplicidade de pressupostos e métodos que estão à disposição dos estudiosos das Escrituras, é importante que nós, pastores e líderes cristãos, tenhamos uma sólida perspectiva a respeito da Bíblia, do intérprete e da hermenêutica.

Em primeiro lugar, precisamos reconhecer a natureza divino-humana das Escrituras. Deus revelou Sua mensagem e homens santos, inspirados pelo Espírito

Santo, foram os responsáveis por transmitir o conteúdo da revelação. Enfatizar um aspecto em detrimento de outro leva a distorções significativas no processo de compreensão da Bíblia. Por isso, ao abordar a Palavra de Deus, temos que manter em mente a noção equilibrada de sua origem e composição.

Outra preocupação está relacionada ao entendimento acerca de nosso papel como intérpretes das Escrituras. Precisamos reconhecer nossas limitações ao lidar com a profundidade da revelação bíblica. Devemos estar cientes de que lemos a Bíblia de acordo com lentes fabricadas a partir da vivência num mundo de pecado, coloridas por influências familiares, sociais e religiosas, que podem distorcer de modo côncavo ou convexo a verdade contida na Palavra de Deus. Por esse motivo, nossa atitude diante do texto bíblico deve ser de humildade e dependência do Espírito Santo, ao procurar extrair dele (e não aplicar sobre ele) significado e lições para a vida.

Por fim, necessitamos entender e reconhecer o papel da hermenêutica em nosso ministério. Lamentavelmente, desenvolveu-se a ideia nociva de que a exegese bíblica consistente é tarefa exclusiva de teólogos eruditos. Entretanto, essa concepção é inexistente nas Escrituras. Grant Osborne faz uma afirmação provocativa: “O verdadeiro propósito das Escrituras não é explicação, mas exposição, não é descrição, mas proclamação.” Longe de querer alimentar uma rivalidade desnecessária entre “teólogos” e “pastores”, a ideia é de que todo conhecimento possível extraído da Bíblia deve ser apresentado em sua plenitude, e de modo contextualizado, à audiência na comunidade de fé.

Ao considerar apropriadamente esses três elementos, estaremos habilitados a cumprir a exortação paulina: “Pregue a Palavra!” (2Tm 4:2, NVI). E esse deve ser um compromisso inegociável em nosso ministério. **M**



Todo conhecimento possível extraído da Bíblia deve ser apresentado de modo contextualizado à comunidade de fé.”



William de Moraes

Wellington Barbosa, doutorando em Ministério (Andrews University), é editor da revista Ministério

10 Bases sólidas

William Johnsson

Uma reflexão sobre os fundamentos da hermenêutica adventista

13 Na trilha dos pioneiros

Marcos Blanco

Lições dos primeiros adventistas acerca da interpretação bíblica

16 Exegese pós-moderna

Jônatas Leal

Podemos usar a hermenêutica filosófica como ferramenta para a compreensão da Bíblia?

20 Somente as Escrituras

Alberto R. Timm

A relação dos reformadores e de Ellen G. White com a Bíblia Sagrada

24 Todo o Israel será salvo

Kim Papaioannou

Um estudo a respeito da salvação de Israel em Romanos 11

28 Deus e a escravidão

Glauber S. Araújo

O Antigo Testamento defende uma posição escravocrata?



10

2 Editorial

4 Espaço do leitor

5 Panorama

6 Entrelinhas

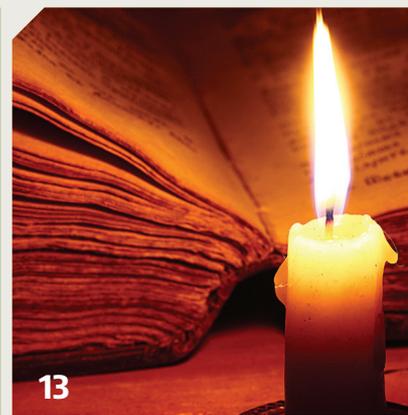
7 Entrevista

32 Pastor com paixão

33 Dia a dia

34 Recursos

35 Palavra final



13



24

Ministério

Uma publicação da Igreja Adventista do Sétimo Dia

Ano 89 – Número 530 – Mar/Abr 2017

Periódico Bimestral – ISSN 2236-7071

Editor Wellington Barbosa

Editor Associado Márcio Nastrini

Revisora Josiéli Nóbrega

Assistente de Editoria Milenna Vieira

Projeto Gráfico Levi Gruber

Capa Montagem sobre imagens do Fotolia

Colaboradores Especiais Carlos Hein; Lucas Alves; Jerry Page

Colaboradores Alberto Peña; Arildo Souza; Cícero Gama; Cristhian Alvarez; Edilson Valiante; Edmundo Ferrufino; Evaldino Ramos; Geraldo M. Tostes; Ivan Samojluk; Jadson Rocha; Jair G. Góis; Luis Velásquez; Mitchel Urbano; Raildes Nascimento; Rubén Montero; Tito Valenzuela

Ministério na Internet

www.revistaministerio.com.br

www.facebook.com/revistaministerio

Twitter: @MinisterioBRA

Redação: ministerio@cpb.com.br



**CASA
PUBLICADORA
BRASILEIRA**

Editora da Igreja Adventista do Sétimo Dia
Rodovia SP 127 – km 106
Caixa Postal 34
18270-970
Tatuí, SP

Diretor-Geral José Carlos de Lima
Diretor Financeiro Uilson Garcia
Redator-Chefe Marcos De Benedicto
Chefe de Arte Marcelo de Souza

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

Ligue Grátis: 0800 979 06 06
Segunda a quinta, das 8h às 20h
Sexta, das 7h30 às 15h45
Domingo, das 8h30 às 14h
Site: www.cpb.com.br
E-mail: sac@cpb.com.br

Assinatura: R\$ 72,70
Exemplar Avulso: R\$ 14,98



Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio, *sem prévia autorização escrita* do autor e da Editora.

Tiragem: 6.000

5880 / 35840

Plantio de igreja

Fiquei muito feliz com a ênfase dada ao plantio de igrejas na última edição da revista *Ministério* (1º bim/2017). Como pastor distrital, tive o privilégio de plantar algumas igrejas nos últimos anos. Ver uma igreja nascer é uma experiência marcante e inesquecível – o nascimento do sonho de uma nova congregação, as orações junto aos membros da futura igreja, a busca por um local adequado, o culto inaugural, a alegria contagiante da vitória sobre os desafios, enfim, tudo termina na certeza de que estamos realizando a missão dada a nós por Cristo. Continuem, portanto, firmes por esse caminho!

Fernando Beier
Hortolândia, SP

Teologia da pregação

Apreiei as reflexões e aplicações em torno do livro de Deuteronômio como exemplo de mensagem que exorta à salvação (1º bim/2017). Destaco a observação do doutor Aarón Menares sobre o direito que as congregações têm de clamar por ouvir mensagens vindas de Deus e não simplesmente experiências pessoais. O livro de Deuteronômio coloca o “ouvinte” diante de duas alternativas – obter bênçãos pela obediência ou maldições por menosprezar a Palavra. Estamos às portas de Canaã, afirma o autor, e é urgente que a mensagem divina faça a diferença nas igrejas atuais.

Alceu Lúcio Nunes
Tatuí, SP

Ninguém sabe nem o dia nem a hora

Li o artigo de Ekkehardt Mueller na revista *Ministério* (1º bim/2017). Sua análise exegética de Mateus 24:36 é admirável e esclarecedora. Eu tirei do artigo o seguinte: os servos do Senhor Jesus Cristo devem esperar ativamente Seu retorno, servindo os necessitados que existem entre nós, isto é, o perdido, faminto, solitário, explorado, rejeitado e esquecido, com todo nosso coração, mente e força. Glória a Deus! Tenham um dia abençoado!

Robert Smith Jr.
por e-mail

Contribua com a **Ministério**

A revista *Ministério* é um periódico internacional editado e publicado bimestralmente pela Casa Publicadora Brasileira, sob supervisão da Associação Ministerial da Divisão Sul-Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia. A publicação é dirigida a pastores e líderes cristãos.

Orientações aos escritores

Procuramos contribuições que representem a diversidade ministerial da América do Sul. Diante da variedade de nosso público, utilize palavras, ilustrações e conceitos que possam ser compreendidos de maneira ampla.

A *Ministério* é uma revista *peer-review*. Isso significa que os manuscritos, além de serem avaliados pelos editores, poderão ser encaminhados a outros especialistas sobre o tema que seu artigo aborda.

Áreas de interesse

- Crescimento espiritual do ministro.
- Necessidades pessoais do ministro.
- Ministério em equipe (pastor-esposa) e relacionamentos.
- Necessidades da família pastoral.
- Habilidades e necessidades pastorais, como administração do tempo, pregação, evangelismo, crescimento de igreja, treinamento de voluntários, aconselhamento, resolução de conflitos, educação contínua, administração da igreja, cuidado dos membros e assuntos relacionados.
- Estudos teológicos que exploram temas sob uma perspectiva bíblica, histórica ou sistemática.

- Liturgia e temas relacionados, como música, liderança do culto e planejamento.
- Assuntos atuais relevantes para a igreja.

Tamanho

- Seções de uma página: até 4 mil caracteres com espaço.
- Artigos de duas páginas: até 7,5 mil caracteres com espaço.
- Artigos de três páginas: até 11,5 mil caracteres com espaço.
- Artigos solicitados pela revista poderão ter mais páginas, de acordo com a orientação dos editores.

Estilo e apresentação

- Certifique-se de que seu artigo se concentra no assunto. Escreva de maneira que o texto possa ser facilmente lido e entendido, à medida que avança para a conclusão.
- Identifique a versão da Bíblia que você usa e inclua essa informação no texto. De forma geral, recomendamos a versão Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição.
- Ao fazer citações bibliográficas, insira notas de fim de texto (não notas de rodapé) com referência completa. Use algarismos arábicos (1, 2, 3).
- Utilize a fonte Arial, tamanho 12, espaço 1,5, justificado.
- Informe no cabeçalho: Área do conhecimento teológico (Teologia, Ética, Exegese, etc.), título do artigo, nome completo, graduação e atividade atual.
- Envie seu texto para: ministerio@cpb.com.br. Não se esqueça de mandar uma foto de perfil para identificação na matéria.



Entre o ensino e a prática

Em dezembro de 2016, o Instituto Datafolha, no Brasil, apresentou o resultado de um levantamento sobre as mudanças de comportamento do público evangélico do país. Foram ouvidas 2.828 pessoas, maiores de 16 anos, em 174 municípios. Os números apontam para transformações significativas nesse segmento que, até poucos anos atrás, era visto de modo periférico, mas que atualmente corresponde a 29% da população brasileira.

O estudo mostra, por exemplo, que 66% dos evangélicos entre 16 e 24 anos nunca tiveram outra religião; 23% dos evangélicos

entre 25 e 34 anos têm nível superior e 72% dos evangélicos com 60 anos ou mais vivem com uma renda de até R\$ 1.760,00 (dois salários mínimos).

O Datafolha também pesquisou sobre o ensino e a prática de alguns comportamentos defendidos pelas igrejas evangélicas. Os resultados, que comparam as respostas de evangélicos e católicos, demonstram que existe uma sensível diferença entre o que se prega e o que se vive no contexto cristão brasileiro.



Ilustrações: Juliane / Fotolia

Fonte: Instituto Datafolha, *Novas Gerações de Evangélicos*, <folha.uol.com.br>, dezembro de 2016.

Prega a Palavra

Tente voltar sua imaginação à segunda metade do primeiro século, época do martírio de Paulo, em Roma. Imagine os soldados dirigindo-se à cela do idoso pregador do evangelho. O envelhecido apóstolo está escrevendo os últimos conselhos e orientações a seu amado discípulo, Timóteo, e também a mim e a você.

Os anos de trabalho em favor do cristianismo não foram fáceis, mas a certeza da missão cumprida pode ser percebida em suas conhecidas palavras: “Quanto a mim, estou sendo já oferecido por libação, e o tempo da minha partida é chegado. Combati o bom combate [...]. Já agora a coroa da justiça me está guardada” (1Tm 4:6-8).

Para o apóstolo, aproximava-se o inverno de sua vida. Além de seus amigos, ele sentia falta de duas coisas: sua capa e seus livros (1Tm 4:12). A capa era para abrigá-lo do frio, os livros para se aprofundar no conhecimento da Palavra de Deus.

Foi nesse contexto que ele escreveu suas últimas instruções. Percebendo que lhe restava pouco tempo de vida, Paulo apelou para que Timóteo terminasse a tarefa que ele mesmo havia iniciado: “Conjuro-te pois diante de Deus, e do Senhor Jesus Cristo [...] Que pregues a Palavra” (2Tm 4:1, 2, ARC).

Posso até imaginar o amado apóstolo escrevendo com letras grandes: “Conjuro-te [...] Que pregues a palavra”. Sim! Porque viriam tempos em que as pessoas se voltariam às fábulas (2Tm 4:3, 4). Tenho a impressão de que esse tempo chegou. No entanto, somente poderemos pregar eficazmente se conhecermos bem o Autor da Palavra, a Palavra e o receptor da Palavra.

O Autor da Palavra. Somente se conhecermos Jesus, por experiência pessoal, poderemos pregar com propriedade, eficiência e poder. Não é de teoria que o mundo necessita, é de Jesus. Esse Jesus que você e eu devemos conhecer, amar e anunciar. Quem anuncia as boas-novas da salvação precisa conhecer Seu autor, conversar com Ele e meditar em Seu sacrifício. “Ao meditarmos na perfeição do Salvador, desejaremos ser inteiramente

transformados e renovados à imagem da Sua pureza. Teremos fome e sede de nos tornar iguais Àquele a quem adoramos. Quanto mais nossos pensamentos estiverem centralizados em Cristo, mais falaremos dele para os outros e mais o representaremos perante o mundo” (Ellen G. White, *Caminho a Cristo*, p. 89).

A Palavra. A Bíblia deve ser nosso livro de cabeceira. “Não devemos aceitar o testemunho de homem algum quanto aos ensinamentos das Escrituras, mas devemos estudar por nós mesmos as palavras de Deus. Se permitirmos que outros pensem por nós, nossa energia e as habilidades que adquirimos se atrofiarão. Os poderes nobres da mente poderão ficar tão debilitados pela falta de exercício nos temas que mereçam concentração que poderão perder a capacidade de compreender o profundo significado da Palavra de Deus” (Ibid.).

O receptor da Palavra. Paulo ordenou que Timóteo corrigisse, repreendesse e exortasse a igreja (2Tm 4:2), evitando assim a tentação de deixar de lado as advertências e correções das Escrituras. Contudo, é impossível fazê-lo com equilíbrio a menos que conheçamos bem as ovelhas do rebanho. O ministro da Palavra deve conhecer e amar seus ouvintes, e repreendê-los quando for necessário. No entanto, essa repreensão deve ser feita com toda paciência e doutrina (2Tm 4:2), demonstrando compaixão e ternura.

Como ministros do evangelho, fomos chamados para pregar a Palavra de Deus nesta hora final da história do mundo. Se desejamos fazê-lo com responsabilidade, precisamos conhecer e amar o Autor da Palavra, Sua mensagem e o rebanho que o Senhor colocou sob nosso cuidado. **TM**

“
Somente se
conhecermos
Jesus, por
experiência
pessoal,
poderemos
pregar com
propriedade,
eficiência e
poder.”



Genilêza DSA

Carlos Hein, doutor em Teologia (Universidad Peruana Unión), é secretário ministerial para a Igreja Adventista na América do Sul

A primazia da Palavra

“Passamos mais tempo no púlpito mostrando nossa espiritualidade e pregando sobre a necessidade de estudar a Palavra de Deus do que realmente estudando-a, deixando que ela fale por si mesma. Os sermões devem ser mais centrados na Bíblia e menos centrados em nós mesmos.”

por Flávio Prestes Neto e Elmer A. Guzman

Jacques Benjamin Doukhan nasceu na Argélia, em 1940. Quando se tornou jovem adulto, aceitou a Cristo como o Messias. Devido à sua determinação em permanecer fiel à observância do sábado, sofreu perseguição, tortura, ameaças de morte e ficou preso por vários meses, enquanto esteve no serviço militar obrigatório francês, entre 1961 e 1963. Esses momentos difíceis e dolorosos acabaram se tornando ocasiões para intervenções milagrosas e desempenharam um papel importante em sua decisão de se dedicar ao ministério e, conseqüentemente, ao estudo da Teologia.

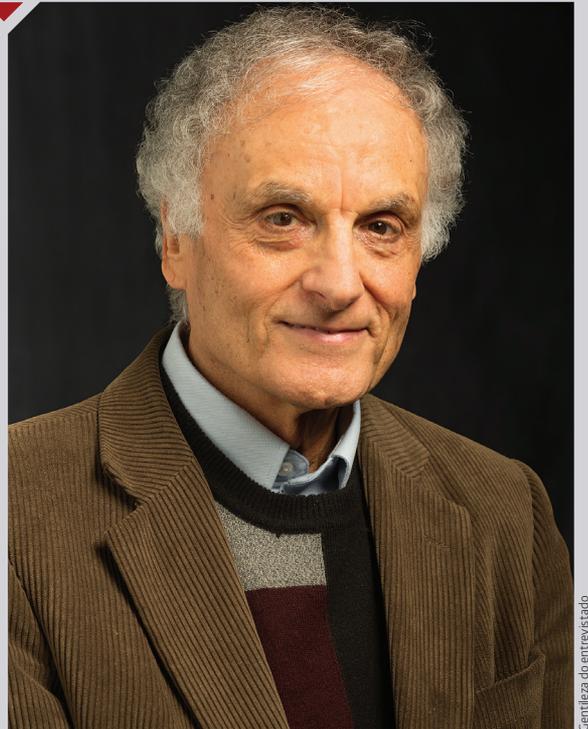
No início da década de 1960, Jacques e sua família se mudaram para a França, onde ele obteve duas graduações: uma em Teologia (1967) e outra em Hebraico (1970). Em 1971, obteve o mestrado e, em 1973, o doutorado em Hebraico, pela Universidade de Estrasburgo. Durante o ano seguinte, cursou pós-doutorado na Universidade Hebraica de Jerusalém. Em 1978, recebeu seu segundo doutorado, em Teologia Bíblica e Sistemática, pela Universidade Andrews, Estados Unidos. Em 2004, obteve o terceiro mestrado, em Egíptologia, pela Universidade de Montpellier, França.

Ele ensinou hebraico, teologia bíblica e exegese na França, nas Ilhas Maurício e nos Estados Unidos, onde trabalha desde 1984. Jacques Doukhan é autor de 20 livros e vários artigos, e foi editor das revistas *L'Olivier* e *Shabbat Shalom*. Atualmente, é o editor-geral do *Seventh-day Adventist International Bible Commentary* (SDAIBC), um projeto que começou em 2010 e deverá terminar até 2020.

É casado com Lilianne, com quem tem uma filha, Abigail.

Que habilidades importantes as pessoas que desejam servir a Deus devem adquirir em seu processo de capacitação?

Estou profundamente convicto de que as habilidades mais importantes que as pessoas que desejam servir a Deus devem desenvolver são aquelas relacionadas ao estudo da Palavra do Senhor a quem querem servir. Você não pode servir a um Mestre eficientemente



Cortesia do entrevistado

se não souber corretamente o significado de Sua Palavra, se não apreciar as riquezas, a beleza, a profundidade, a relevância e a urgência de suas orientações.

Infelizmente, neste mundo das comunicações e da mídia de massa, o foco tem mudado do *conteúdo* para o *meio* de comunicar a verdade. Pouco a pouco, as formas de expressar o conteúdo da Palavra prevaleceram sobre a própria Palavra. Cada vez mais, o barulho da voz humana tem coberto, se não substituído, a Palavra divina.

Em muitas partes do mundo, o púlpito tem sido usado para promover uma variedade de interesses, enquanto a exposição da Bíblia recebe pouca atenção. Como isso poderia ser revertido?

Infelizmente vocês estão certos! Essa situação pode ser observada em muitas denominações cristãs, mas também em sinagogas e mesquitas. Em vez de exaltar a Palavra, o púlpito tem sido usado cada vez mais para promover a trivialidade

humana, se não as agendas culturais ou mesmo políticas.

Como reverter o quadro? Precisamos de uma revolução! Precisamos rever nossas prioridades. Precisamos de conversão. Isso não poderia e não deveria vir por meio de votos administrativos. Você não resolve um problema espiritual por meio de poder político. Naturalmente, para isso precisamos do poder do Espírito Santo, para despertar novos interesses e nossas sensibilidades para Sua Palavra. Talvez, em nível humano, devamos simplesmente voltar ao texto sagrado. Ironicamente, passamos mais tempo no púlpito mostrando nossa espiritualidade e pregando sobre a necessidade de estudar a Palavra de Deus do que realmente estudando-a, deixando que ela fale por si mesma. Os sermões devem ser mais centrados na Bíblia e menos centrados em nós mesmos.

O sermão deve ser o abrir da Bíblia, uma ocasião para a glorificação do Autor da Palavra, e não um momento de diversão, entretenimento vazio ou uma oportunidade para autoexaltação. O pastor muitas vezes fala mais sobre si mesmo do que sobre Deus. Mesmo quando ele se refere a Deus, as palavras humanas frequentemente prevalecem sobre o Senhor falando de Si mesmo. Portanto, a única solução é simplesmente apresentar o texto inspirado aos membros e envolver-se com eles na jornada e nas surpresas da Palavra.

Uma tendência que surgiu entre evangélicos é o que tem sido chamado de o “pastor-teólogo”. Como os pastores podem se tornar melhores pensadores?

O conceito de “pastor-teólogo” é realmente interessante. Precisamos de mais pastores que possam pensar direito, de modo profundo. Pastores que não apenas queiram manter o *status quo*, mas que desejem inspirar e nutrir sua congregação

com o Pão substancial e saboroso da vida. Entretanto, também precisamos de pastores que sejam humanos em contato com a realidade e a complexidade do mundo, pastores sensíveis ao sofrimento e que se relacionem com as pessoas, que as amem e sejam amados por elas. E sim, o pastor (e o professor de teologia) deve unir os dois aspectos, da mesma forma que Jesus. Ele era o grande Rabino e o grande Pastor.

O “fator-chave” na hermenêutica bíblica dificilmente se acha em qualquer sistema, mas deve ser encontrado na exploração do próprio texto sagrado.

Por que é importante que o pesquisador saiba lidar com os diferentes gêneros literários das Escrituras? De modo específico, quais são algumas armadilhas que os adventistas devem evitar em sua paixão pelas profecias?

Reconhecemos que tanto o Antigo quanto o Novo Testamento têm o mesmo grau de inspiração. Desse modo, toda a Bíblia deve receber nossa atenção. No entanto, às vezes, alguma parte parece ser mais relevante, dependendo de momentos particulares em nossa vida ou em períodos específicos da história humana.

Pessoalmente, fui atraído à literatura apocalíptica quando passei por uma experiência de intenso sofrimento e precisei despertar e nutrir minha esperança. Por outro lado, fui atraído pela literatura

sapiencial por causa da profundidade de seu pensamento, sua beleza poética e sua relevância existencial. Essa apreciação dupla pode ser observada no decorrer da história. Não é anormal que pessoas se interessassem pelos livros de Daniel ou Apocalipse nestes dias problemáticos. Contudo, essa “atenção especial” não deve nos distrair do restante das Escrituras. Seria teologicamente errado e psicologicamente insalubre concentrar-se apenas na literatura apocalíptica. A história mostra que essa “obsessão” produziu pessoas mentalmente perturbadas e até criminosos perigosos. Por outro lado, uma atenção excessiva à literatura de sabedoria à custa de textos apocalípticos pode promover o ceticismo e, em última análise, levar à negação de Deus.

Tanto a literatura apocalíptica quanto a sapiencial são importantes e devem ser tomadas em conjunto. A necessidade dessa integração é testemunhada no livro de Daniel, que combina ambos os gêneros. Curiosamente, Daniel é descrito como profeta apocalíptico e como sábio, ilustrando, em si, a importância dessa junção.

Qual é o fator-chave nas discussões acerca de uma hermenêutica bíblica?

Creio que estabelecer o método hermenêutico seja importante em função de sua clareza. No entanto, não tenho certeza de que essa discussão seja crucial em todos os lugares e em todos os momentos. Muitos bons cristãos nem sequer estão cientes dessas questões e, ainda assim, estão perto da Palavra de Deus. Em minha opinião, o “fator-chave” na hermenêutica bíblica dificilmente se acha em qualquer sistema, mas deve ser encontrado na exploração do próprio texto sagrado.

Outro “fator-chave” importante na questão da interpretação bíblica é a aplicação da Palavra de Deus à nossa existência. Há um processo de mão dupla entre

as Escrituras e o leitor. Por um lado, a leitura do texto inspirado afetará a pessoa e sua vida. Por outro, a experiência de contínua “conversão” dirigida pelo Espírito Santo guiará a busca pela compreensão correta do texto bíblico.

O senhor é editor-geral do *Seventh-day Adventist International Bible Commentary* (SDAIBC), uma importante ferramenta para o estudo da Bíblia. Entretanto, por que é necessário mais um comentário bíblico publicado pelos adventistas?

Apesar de o *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia* ser um clássico, tornou-se necessário escrever um novo comentário por, pelo menos, três razões. Primeira, o mundo mudou e a humanidade enfrenta novos desafios filosóficos e espirituais. Segunda, o conhecimento das Escrituras e de suas línguas originais. Novas informações e habilidades técnicas nos forneceram novas descobertas, que iluminam e enriquecem a leitura da Bíblia. Terceira, a igreja mudou. Antes predominantemente norte-americana, atualmente a Igreja Adventista é uma comunidade internacional. Pela primeira vez na história, a denominação pode contar com os benefícios de ter muitos eruditos em diversas áreas do conhecimento teológico e de todas as partes do mundo.

Qual é o público-alvo do novo comentário? Quem será beneficiado com ele?

O novo comentário visa alcançar dois tipos de leitores. O primeiro grupo é composto por pastores, seminaristas, teólogos e professores de Bíblia que expõem as Escrituras na igreja ou em sala de aula. O segundo grupo inclui todas as pessoas que estão interessadas em entender o texto bíblico em um nível mais profundo. Embora os comentários estejam sendo elaborados com base nos textos em suas línguas

originais, eles têm sido escritos para que sejam compreendidos sem qualquer conhecimento dessas línguas antigas. No entanto, quando uma referência à língua original é necessária para formular um argumento, a transliteração da palavra hebraica ou grega é fornecida. Os autores tentaram, na medida do possível, escrever de modo simples e claro, a fim de permitir que o maior número de leitores possível siga sua explicação. Para os leitores interessados em

escritores bíblicos a transmitir Sua mensagem por meio de palavras e expressões literárias humanas. Assim, o texto é estudado em seu fundo histórico, não para determinar o contexto a partir do qual o texto surge, mas para entender o contexto no qual Deus comunicou Sua mensagem.

A procura pelo significado do texto é acompanhada pela compreensão maior de todo o contexto bíblico (AT e NT). Quando outros comentaristas são citados ou indicados nas notas de rodapé, isso é feito para dar o reconhecimento obrigatório à parte de uma pesquisa bíblica realizada ou para apreciar uma declaração particularmente bem formulada de uma verdade, e não representa um endosso acerca de tudo o que o autor pode ter escrito. As especulações e pressuposições filosóficas do método crítico-histórico e de teorias derivadas dele foram rigorosamente evitadas.

A humildade e a capacidade de ouvir a Palavra de Deus é o melhor método para compartilhar a mensagem bíblica.

Para finalizar, que mensagem o senhor gostaria de deixar aos pastores que não se sentem capazes de ensinar eficazmente a mensagem bíblica?

Paradoxalmente, tenho mais confiança naqueles que se sentem inseguros e sabem que necessitam de ajuda especial do que naqueles que têm todas as respostas e sabem tudo. Por exemplo, o profeta Daniel começou seu processo de compreensão (Dn 9:1) somente depois que percebeu que não entendia todas as coisas (Dn 8:27).

Então, o que gostaria de fazer é encorajá-los: continuem reconhecendo a necessidade que vocês têm. Deus responderá sua oração. Na prática, o que quero dizer é que a humildade e a capacidade de ouvir a Palavra de Deus é o melhor método para compartilhar a mensagem bíblica. Esteja atento à Palavra, cave fundo suas verdades, interogue o texto e, então, deixe-se envolver por ele. Compartilhar a verdade fluirá por si só. O Espírito Santo faz parte desse processo. **IM**

detalhes mais técnicos, incluímos as discussões nas notas de rodapé, com as informações bibliográficas relevantes. Além disso, as lições teológicas e espirituais, com suas aplicações práticas, são integradas no comentário e apresentadas à medida que se avança na leitura do texto bíblico.

Que abordagem é utilizada no novo comentário para análise do texto bíblico?

O método adotado é o *close reading*. Isso significa que temos dado atenção ao texto bíblico, à sua maneira de falar, envolvendo um estudo de suas palavras, seu significado, sua gramática, suas formas e estruturas literárias e sua teologia. Essa abordagem surge da convicção de que Deus agiu na história para inspirar os

Bases sólidas

Nove fundamentos para uma hermenêutica adventista

William Johnsson

Uma das questões mais complexas que os eruditos adventistas enfrentam é chegar a um consenso sobre os princípios de interpretação das Escrituras. A Bíblia sempre foi a fonte e a norma para nossas crenças. Devido à sua particular compreensão da Palavra de Deus, nossos pioneiros deixaram suas igrejas de origem, e nós mantemos até hoje uma identidade distinta e um senso peculiar de missão.

Contudo, às vezes, observa-se que alguns estudiosos têm se posicionado de modo diferente em relação à hermenêutica bíblica. Como chegamos a esse ponto em nossa história é algo interessante, mas essa não é nossa preocupação neste artigo. O importante é que encontremos uma forma de chegar a um consenso. Os nove pontos que proponho a seguir para uma hermenêutica adventista são o resultado de convicções que criaram raízes em mim ao longo de várias décadas como pastor adventista, duas delas dedicadas ao ensino das Escrituras.

1. Uma hermenêutica adventista precisa ser única para toda a igreja, tanto para leigos quanto para eruditos.

Como alguém que teve a oportunidade de estudar em níveis mais avançados, espero que, como povo, vejamos nossos eruditos como um trunfo, não uma ameaça; como servos da igreja, em vez de funcionários duvidosos. Por outro lado, almejo que nossos eruditos não vejam seu aprendizado como um fim em si mesmo, mas como um privilégio para compartilhar as riquezas das Escrituras com os membros da igreja. Acima de tudo, espero que não caiam na tentação de se sentirem especialistas.

Como cristãos protestantes, os adventistas não têm “especialistas” nas Escrituras. Todos podemos abrir a Bíblia e aprender com o maior Especialista: o Espírito Santo. Os estudiosos e eruditos podem nos ajudar a obter maior compreensão da Palavra de Deus, mas jamais poderão substituir a experiência individual de cada crente com o Deus das Escrituras.

Não deve haver nenhum elitismo na Igreja Adventista. Nenhuma hermenêutica que exija um doutorado para ser aceita. Nada que obrigue a saber grego, hebraico ou aramaico. A hermenêutica adventista deve ser para toda a igreja.

2. O fator divino nas Escrituras. Ellen G. White, uma das vozes mais influentes do adventismo, escreveu: “Os Dez Mandamentos foram pronunciados pelo próprio Deus, e por Sua própria mão foram escritos. São de redação divina e não humana. Entretanto, a Escritura Sagrada, com suas divinas verdades, expressas em linguagem de homens, apresenta uma união do divino com o humano. União semelhante existiu na natureza de Cristo, que era o Filho de Deus e Filho do homem. Assim, é verdade com relação à Escritura, como o foi em relação a Cristo, que ‘o Verbo Se fez carne e habitou entre nós’ (Jo 1:14).”¹

Devemos primeiramente referir-nos à Bíblia como sendo a Palavra de Deus, da mesma forma que dizemos a respeito de Jesus que Ele é o Filho de Deus. No entanto, quando entramos em contato com a Bíblia, nós a temos primeiramente como composição humana, assim como o povo nos dias de Jesus viu pela primeira vez Sua humanidade. Em ambos os casos, a fé deve nos conduzir à divindade além da humanidade. Com essa pressuposição, nossa perspectiva subjacente muda.



Chad McDermott / Fotolia

para entender o enigma, porém, em última instância, devemos aceitar o mistério. Insistir na clareza lógica resultará na ênfase imprópria de um elemento ou de outro.

Devemos reconhecer francamente a humanidade das Escrituras, com imperfeições de linguagem, erros de cópia e tradução, aparente falta de ordem e unidade. De fato, “não são as palavras da Bíblia que são inspiradas, mas os homens é que o foram”;² assim, rompemos com uma postura fundamentalista.

Essas palavras são assustadoras! Seria mais simples ter uma Bíblia em que cada palavra tivesse sido *ditada* por Deus, assim como seria mais fácil compreender o mistério da pessoa de Jesus se Sua humanidade fosse apenas um invólucro ou uma forma. Assim como alguns estudiosos nunca aceitaram a real

humanidade de Cristo, também há aqueles que têm a tendência de pensar que a inspiração das Escrituras ficaria ameaçada se levassemos a sério sua humanidade.

Vemos aqui um exemplo do que ocorre em minha área de estudo e especialização, o Novo Testamento. Há um grupo significativo de eruditos críticos que dissecam os Evangelhos, lançando dúvidas sobre a própria pessoa de nosso Senhor, até que alguém seja deixado no ar imaginando o que Jesus realmente disse, o que foi colocado em Sua boca pela igreja que O sucedeu, e até que Seu nascimento miraculoso, Seus milagres e Sua ressurreição sejam relegados à categoria de mito. Esses críticos, no entanto, concordam em um ponto: que Cristo morreu em uma cruz.

Observe como cada um dos evangelistas registrou as palavras que Pilatos mandou colocar sobre a cabeça de Jesus. À primeira vista, o fato que surpreende é que cada evangelista fez um relato diferente dessas palavras. Como poderia ser isso? O que Pilatos realmente mandou escrever? Em Mateus está escrito “Este é Jesus, o rei dos judeus” (Mt 27:37); em Marcos, “O rei dos judeus”

(Mc 15:26); em Lucas, “Este é o rei dos judeus” (Lc 23:38) e; em João, “Jesus Nazareno, o rei dos judeus” (Jo 19:19). Todos eles ressaltaram o mesmo ponto: Cristo era o rei dos judeus. A memória é complicada e seletiva, mas a ideia-chave, a informação que Deus quer que tenhamos, está muito clara.

4. A Bíblia deve ser seu próprio intérprete. Uma vez que a Bíblia é a Palavra de Deus, ela tem apenas um Autor, porém, muitos escritores. Isso faz das Escrituras uma unidade sólida, espiritual, que se revela ao estudante sincero e diligente. Muitas vezes essa unidade é obscurecida pela humanidade da Bíblia – as fragilidades dos seus escritores, o tempo e o lugar da revelação divina. Apesar disso, devemos sempre procurar entender o quadro geral. Precisamos ler e estudar toda a Bíblia, sem negligenciar nenhum capítulo ou livro porque nos parece menos atraente.

Permitir que a Bíblia se interprete significa não impôr conclusões pré-estabelecidas sobre o texto. Precisamos ouvir as Escrituras. Não afirmamos, por exemplo, que porque a inspiração significa tal ou tal coisa ou nossa teologia exige isso ou aquilo, que o texto não pode significar o que parece dizer.

A hermenêutica adventista deve ser moldada pelo estudo integral da Palavra. Podemos nos beneficiar do que outros escreveram sobre a Bíblia, mas nossa abordagem deve emergir do minucioso estudo da própria Bíblia.

5. A interpretação é mais uma arte do que uma ciência. Deus Se revela na Bíblia, ela é Sua Palavra, e Ele não ocultou a mensagem que desejava transmitir. Por meio do estudo cuidadoso da revelação, os pesquisadores sinceros da verdade conhecerão como Deus é e como eles podem manter um relacionamento salvífico com Ele.

Entretanto, o estudo da Bíblia é mais uma arte do que uma ciência. Ao estudá-la, trazemos nossa personalidade e individualidade, e filtramos a Bíblia através de

Por essa razão, estabelece-se uma disputa com as diversas alternativas de se estudar a Bíblia, como alguém estudaria outro livro qualquer, antigo ou contemporâneo. Os pesquisadores concordam que, em qualquer disciplina, o método empregado deve ser condizente com o conteúdo. Estranhamente, porém, grande parte da crítica erudita moderna tenta estudar as Escrituras por si mesma, enquanto apenas estende a “possibilidade” para um elemento divino – o que, de fato, é seu fator constitutivo. Como uma criança do Iluminismo, tentando libertar seu estudo das conclusões dogmáticas exigidas pelos líderes eclesiásticos, a crítica tem, no entanto, colocado de lado o que é o cerne de sua matéria. Se queremos interpretar corretamente a Bíblia, precisamos nos aproximar dela com atitude humilde e reverente.

3. A humanidade das Escrituras. Em relação à Bíblia, afirmamos: Ela é a Palavra de Deus e é palavra humana. Há um mistério divino aqui. Novamente, é semelhante à união da divindade e da humanidade na pessoa de nosso Salvador. Podemos lutar

nossas experiências de vida. As Escrituras têm uma forma particular de falar a cada um de nós. Portanto, ninguém pode reivindicar ter a única e definitiva interpretação da Palavra de Deus. Nunca fiquei tão impressionado com uma de suas mensagens como quando ouvi um pregador afro-americano expor a riqueza e a profundidade dos textos que falam da libertação de Israel da escravidão egípcia. Isso nos leva ao próximo fundamento.

6. Precisamos uns dos outros. A Bíblia é o livro da igreja, não simplesmente do mundo acadêmico. Precisamos ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros. O membro leigo necessita do conhecimento do erudito, e o erudito precisa das ideias que o fiel membro leigo, nutrido por anos de reflexão pessoal e aplicação da Palavra, imprime ao texto. Os eruditos bíblicos precisam escutar uns aos outros, construir pontes de comunicação e diálogo.

Essa dimensão corporativa de interpretação é o complemento do aspecto individual, e serve não só para enriquecer, mas para proteger. Na multidão de conselheiros encontramos sabedoria, e todo crente é um mestre na família da igreja.

7. Abandonar a terminologia conflitante. Após todos esses anos analisando o assunto, penso que a melhor decisão que nossos eruditos e teólogos poderiam tomar seria apagar o termo “método crítico-histórico” do seu vocabulário. Sou avesso a cunhar outro termo para nossa abordagem bíblica, e pergunto: será que realmente precisamos de um novo termo? Não tenho dúvida de que o “método crítico-histórico” se tornou um terror entre nós, uma expressão que aumenta as dificuldades e gera tensão em vez de luz. Somente permaneceremos unidos se abandonarmos essa abordagem.

Estou convencido de que os pressupostos desse método: a racionalização do

sobrenatural, a sequência linear da história e a postura meramente “objetiva”, não podem fazer parte de uma hermenêutica adventista. Essa abordagem eviscera o texto e rouba sua alma.

No entanto, também estou convencido de que a Bíblia é uma produção humana, e pode ser estudada como tal. Fiz meu doutorado na Universidade Vanderbilt e, como outros estudantes adventistas, cursei a disciplina obrigatória de Método de Interpretação Bíblica, do grande professor J. Philip Hyatt. A primeira área que estudamos sob o método crítico-histórico foi a crítica textual. Atualmente, não conheço nenhum teólogo ou erudito adventista que não reconheça o valor da crítica textual para a interpretação do texto bíblico. Contudo, acho que é um debate sem fim argumentar que, por causa do uso da crítica textual, os estudiosos adventistas se envolveram com o método crítico-histórico.

8. Concentrar nos ensinamentos simples das Escrituras, e não nas “nozes duras”. Não digo que devemos negligenciar as “nozes duras”. Elas podem conter uma castanha ou amêndoa usada pelo Senhor para impactar nossa mente e nosso viver. Mas não devemos nos concentrar tanto nas passagens difíceis da Bíblia e ficar tão obcecados com os textos problemáticos a ponto de perder nossa perspectiva subjacente.

A pessoa para quem a Bíblia já não apresenta mais dificuldades é alguém que parou de pensar. Entretanto, a pessoa que permanece continuamente sobre as “nozes duras” se tornará desequilibrada em hermenêutica e, talvez, até mesmo na fé.

9. Estudar, aplicar e praticar. A hermenêutica adventista não deve se contentar apenas com a interpretação e compreensão do texto sagrado. O apóstolo João resume o propósito das Escrituras: “Estes, porém, foram registrados para que

creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em Seu nome” (Jo 20:31).

O versículo pode ser entendido como “chegar a crer em Jesus como o Cristo” ou “continuar a crer em Jesus como o Cristo” (os manuscritos antigos variam no tempo do verbo). Em ambos os casos, o ponto é específico: o objetivo da Bíblia é nos conduzir à fé.

Assim, se somos teólogos, eruditos, pastores ou membros leigos, nosso estudo das Escrituras não será um fim em si mesmo. Seu exame envolve atividade intelectual, mas não é meramente uma busca intelectual. O Senhor deseja que nossos esforços para interpretar Sua Palavra envolvam todo o nosso ser e resultem em mudanças cruciais em nossa vida. Ao nos alimentarmos de Sua Palavra e interagirmos com Seu Espírito, cresceremos na fé. Além disso, estaremos mais bem equipados para transmitir a mensagem a outros.

O erro das “erudições bíblicas modernas” é sua postura intencional de desapego à fé e ao compromisso que a Palavra requer. Todos estamos sujeitos a cair em armadilha semelhante quando nos limitamos somente a discutir o significado do texto bíblico ou debater como interpretar as Escrituras em vez de colocar em prática o que elas nos dizem, interagindo assim com o próprio Senhor por meio delas.

Que o Senhor nos faça homens e mulheres que realmente puguem a Palavra da verdade, e que vivam de toda palavra que procede da boca de Deus! **TM**

Referências

¹ Ellen G. White, *O Grande Conflito*, <egwwritings.org>, p. 7.

² _____, *Mensagens Escolhidas*, v. 1, <egwwritings.org>, p. 21.



William Johnson, doutor em Teologia (Vanderbilt University), está jubilado atualmente. Por 24 anos, foi editor da *Adventist Review*

Na trilha dos pioneiros

O que podemos aprender do modo como os primeiros adventistas estudavam a Bíblia?

Marcos Blanco

Os princípios hermenêuticos são fundamentais para a leitura e interpretação da Bíblia. Nesse sentido, a visão teológica e missiológica do movimento adventista surgiu no contexto de uma hermenêutica bem definida: as regras de interpretação bíblica de Guilherme Miller. Elas foram responsáveis por lançar os fundamentos hermenêuticos da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Durante os 12 anos em que foi deísta, Miller acreditou que a Bíblia estava repleta de inconsistências.¹ Depois de uma série de situações que alteraram o rumo de sua vida, como a participação na guerra de 1812 e a morte de seu pai no mesmo ano,² ele decidiu voltar-se às Escrituras e dar-lhes “a oportunidade de serem respeitadas”.³

Miller se propôs a harmonizar as chamadas “contradições” da Bíblia ou continuar sendo um deísta. Essa busca o levou a adotar uma visão racionalista do método hermenêutico.⁴ Após dois anos de estudo, nos quais tratou de harmonizar o texto bíblico, ele afirmou: “A Bíblia passou a ser para mim um novo livro. Na verdade, era uma festa da razão. Tudo o que me parecia obscuro, místico ou incompreensível em seus ensinamentos havia se dissipado de minha mente, diante da clara luz que irradiava de suas páginas sagradas.”⁵

O baconianismo, ou método indutivo, havia se convertido no método científico clássico do período.⁶ Com isso em vista, Miller adotou o princípio hermenêutico que tornou possível a sincronização das diferentes profecias em um sistema coerente.⁷

Dessa forma, uma de suas maiores pressuposições hermenêuticas foi o conceito de que a Bíblia é um todo coerente, em que todas as partes podem ser harmonizadas.⁸ Ele disse: “A Bíblia é um sistema de verdades reveladas, proporcionadas de maneira clara e simples.”⁹

Seus princípios básicos, a Bíblia como sua própria intérprete e a harmonização dos textos bíblicos, também ocupam um lugar preeminente em suas famosas “regras de interpretação”: Por exemplo, a quarta e a quinta regra dizem: “(4) Para conhecer as doutrinas, junte todos os textos acerca do tema que você deseja estudar; então, deixe que cada palavra exerça sua devida influência. Se você puder elaborar sua teoria sem haver uma contradição,

você não pode estar em erro. (5) As Escrituras precisam ser sua própria expositora, sendo essa sua própria regra.”¹⁰

Esses princípios estão fundamentados na pressuposição hermenêutica de que a Bíblia é um sistema harmonioso. Uma vez que as Escrituras têm um único Autor, não existe conflito entre a mensagem de toda a Bíblia como sistema e qualquer passagem em particular. Ou seja, o todo como chave hermenêutica não ameaça a interpretação das partes. Steen Rasmussen concluiu seu estudo acerca dos princípios hermenêuticos de Miller afirmando que “a maior pressuposição” da hermenêutica de Miller é que “a Bíblia contém uma apresentação sistemática das palavras de Deus para o homem, e é uma coleção de verdades harmoniosas”.¹¹ Miller explicou o assunto da seguinte maneira: “Não existe um livro escrito que tenha melhor interconexão e harmonia do que a Bíblia.”¹²

Os pioneiros e a hermenêutica

As regras de interpretação de Miller tiveram grande impacto nos princípios hermenêuticos dos primeiros adventistas.¹³ Tiago White, por exemplo, adotou uma abordagem sistemática do estudo da Bíblia, afirmando que era necessário “reunir suas diferentes porções”,¹⁴ a fim de poder compreender totalmente o significado de uma palavra, sentença ou doutrina. Para ele, “Escritura deve explicar Escritura e, então, se poderá ver a harmonia ao longo do todo”.¹⁵ Essa abordagem da Bíblia como um todo sistemático permitiu que ele visse na teologia adventista “um sistema conectado de verdades, o mais belo em todas as suas partes, que a mente humana já contemplou”.¹⁶

Ellen G. White também enfatizou a necessidade de um tratamento sistemático no estudo das Escrituras. Para ela, as partes da Bíblia se harmonizam perfeitamente em um sistema de verdades, como os elos de uma corrente. Em 1887, a autora afirmou: “Vi, porém, que a Palavra de Deus, como um

todo, é uma cadeia perfeita, prendendo-se uma parte à outra, e explicando-se mutuamente.”¹⁷ “O estudante deve aprender a ver a Palavra como um todo, e bem assim a relação de suas partes.”¹⁸

Com base na pressuposição hermenêutica de que a Bíblia é um sistema harmonioso de verdades, Ellen G. White também enfatizou a necessidade de comparar versículo com versículo como procedimento hermenêutico: “A Bíblia é seu próprio expositor. Uma passagem será a chave que descerrará outras passagens, e desse modo haverá luz sobre o significado oculto da Palavra. Comparando diversos textos que tratam do mesmo assunto e examinando sua relação em todo o sentido, se tornará evidente o verdadeiro significado das Escrituras.”¹⁹

Embora ela não tenha elaborado uma lista detalhada de regras hermenêuticas, endossou enfaticamente os princípios adotados por Miller.²⁰ Ao resumir-las, Ellen G. White destacou a Bíblia como sistema de verdade e a necessidade de reunir todas as passagens acerca de determinado assunto.

Ellet J. Waggoner, por sua vez, escreveu em um editorial da *Signs of the Times* o que é considerada a “primeira apresentação abrangente dos princípios hermenêuticos adventistas”.²¹ Nesses princípios é possível notar com clareza a ideia de que a Bíblia é um sistema harmonioso de verdades em que as partes concordam perfeitamente com o todo:

“(2) A Bíblia é um livro interconectado, coerente e harmonioso. [...] a perfeita harmonia entre suas diferentes partes é uma prova de que proveio de Deus. Como corolário desse princípio, seria possível dizer que ela não necessita ser ‘harmonizada’. Tentar fazer isso é uma tarefa inútil, uma vez que a Bíblia está harmonizada. Tudo que o estudante deve fazer é estudar a harmonia que já existe. [...] (3) A Bíblia deve ser sua própria intérprete. (4) Uma parte da Bíblia não pode ser totalmente compreendida quando é estudada isoladamente de

sua conexão com o todo ou sem referência às demais partes. [...] Se a Bíblia é interconectada, então todas as partes são necessárias para formar o todo. Esse princípio se aplica tanto a um livro da Bíblia quanto a um texto somente. Não existe livro bíblico que não possa ser iluminado por qualquer outro livro das Escrituras. Dizer que os livros da Bíblia não têm conexão é quase o equivalente a dizer que ela não foi totalmente inspirada pelo mesmo Espírito”.²²

Da perspectiva de Waggoner, a compreensão da Bíblia necessita de uma abordagem sistemática que a considere completamente na busca por significado teológico. Esses princípios hermenêuticos foram seguidos por outros grandes teólogos entre os pioneiros, como, por exemplo, Uriah Smith, um dos mais prolíficos autores adventistas do período.²³

Em resumo, a Bíblia como um sistema harmonioso de verdades foi o pressuposto elementar dos pioneiros adventistas. Ao mesmo tempo, tal pressuposição os levou a adotar dois princípios-chave: As Escrituras interpretam as Escrituras e a harmonização das passagens bíblicas. Isso presume a existência de um “sistema” (como princípio de articulação do todo) na Bíblia. Uma vez que os primeiros adventistas reconheceram a conexão vital entre as partes das Escrituras, eles consideraram que a tarefa hermenêutica não estava finalizada até que uma palavra, um símbolo ou um tema fosse estudado à luz de toda a Bíblia.

Abordagem teológica dos pioneiros

Está claro que Miller utilizou uma abordagem sistemática em relação ao texto bíblico.²⁴ Quanto aos primeiros adventistas, embora tenham trabalhado de acordo com o princípio *Sola Scriptura*, eles não se utilizaram das ferramentas modernas da teologia bíblica como disciplina teológica. Nesse sentido, Jon Paulien afirma: “Quando examinamos a obra dos pioneiros adventistas, descobrimos rapidamente que, com a possível exceção de John N.

Andrews, a exegese como é descrita atualmente foi pouco realizada por eles, se é que chegaram a utilizá-la.²⁵

Por outro lado, os primeiros adventistas consideravam a Bíblia um sistema harmonioso de verdades; algo que os levou a desenvolver uma abordagem “sistemática” da teologia. Eles entendiam que sua teologia era um sistema harmonioso de doutrinas inter-relacionadas, que tinha o santuário celestial como “centro”.

Diversos pioneiros adventistas reconheceram a centralidade teológica do santuário celestial. José Bates, por exemplo, viu uma “cadeia perfeita e harmoniosa” de verdades no santuário.²⁶ Tiago White declarou que o santuário “tem sido e continua sendo o grande pilar da fé adventista”.²⁷ Uriah Smith defendia que o santuário é “o grande núcleo ao redor do qual se reúne a gloriosa constelação da verdade presente”.²⁸ John N. Andrews afirmou que o santuário é o “grande centro doutrinário” do sistema adventista, uma vez que “se conecta inseparavelmente a todos os pontos de sua fé e apresenta o tema como um grande todo”.²⁹ Por último, Ellen G. White resumiu essa compreensão generalizada entre os pioneiros acerca do santuário: “O assunto do santuário foi a chave que desvendou o mistério do desapontamento de 1844. Revelou um conjunto completo de verdades, ligadas harmoniosamente entre si.”³⁰

Por isso, Denis Fortin afirma que a doutrina do santuário foi o “centro teológico dos pioneiros adventistas, e se converteu em um princípio articulador de todas as demais doutrinas”.³¹ Essa abordagem procurou encontrar a lógica interna das Escrituras em sua totalidade e buscou um tratamento que não somente usou a síntese ou articulação de textos bíblicos, como também de ensinamentos, noções e ideias como metodologia principal.

Em suma, a abordagem dos pioneiros adventistas em relação à Bíblia como sistema, o

uso da síntese como metodologia que busca integrar as partes em um todo harmonioso e o descobrimento de um “centro” ao redor do qual giram todas as verdades bíblicas são elementos que indicam que eles tiveram uma abordagem sistemática em sua elaboração teológica.³² 

Referências

¹ Guilherme Miller, *Apology and Defense* (Boston, MA: J. V. Himes, 1845), p. 3.

² Ver Sylvester Bliss, *Memoirs of William Miller* (Boston, MA: J. V. Himes, 1853), p. 28-55.

³ Miller, *Apology and Defense*, p. 5.

⁴ David L. Rowe, *Thunder and Trumpets: Millerite and Dissenting Religion in Upstate New York, 1800-1850* (Chico, CA: Scholars Press, 1985), p. 10.

⁵ Bliss, *Memoirs of William Miller*, p. 76.

⁶ Theodore Dwight Bozeman, *Protestants in an Age of Science: The Baconian Ideal and Antebellum America Religious Thought* (Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1977), p. xv.

⁷ Esses princípios hermenêuticos eram muito similares aos que Isaac Newton adotou em seu estudo das profecias bíblicas. Ver Frank E. Manuel, *The Religion of Isaac Newton* (Oxford: Clarendon Press, 1974), p. 98.

⁸ Jeff Crocombe, “‘A Feast of Reason’: The Roots of William Miller’s Biblical Interpretation and Its Influence on the Seventh-Day Adventist Church” (tese de doutorado, The University of Queensland, 2011), p. 2.

⁹ Miller, *Apology and Defense*, p. 6.

¹⁰ William Miller, “Mr. Miller’s Letters No. 5: The Bible Its Own Interpreter”, *Signs of the Times*, 15/5/1840, p. 25-26.

¹¹ Steen R. Rasmussen, “Roots of the Prophetic Hermeneutic of William Miller” (dissertação de mestrado, Andrews University, 1983), p. 100.

¹² William Miller, *Evidences from Scripture and History of the Second Coming of Christ, About the Year 1843* (Troy, NY: Kemble and Hooper, 1836), p. 4.

¹³ George R. Knight, *Em Busca de Identidade: O Desenvolvimento das Doutrinas Adventistas do Sétimo Dia* (Tatuí, SP: CPB, 2005), p. 11. Ver Alberto R. Timm, “Antecedentes Históricos da Interpretação Bíblica Adventista”, em *Compreendendo as Escrituras: Uma Abordagem Adventista*, ed. George W. Reid (Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2007), p. 6.

¹⁴ James White, *Life Incidents, in Connection with the Great Advent Movement, as Illustrated by the Three Angels of Revelation XIV* (Battle Creek, MI: Steam Press of the Seventh-day Adventist Publishing Association, 1868), p. 150, 151.

¹⁵ Tiago White, “The Sabbath”, *The Advent Review and Sabbath Herald*, 7/4/1851, p. 62.

¹⁶ White, *Life Incidents*, p. 267.

¹⁷ Ellen G. White, *Primeiros Escritos*, <egwwritings.org>, p. 220. Ela repetiu por muitas vezes esse mesmo conceito. Por exemplo: “Elo após elo da preciosa cadeia da verdade foi pesquisado, até que todos apresentassem bela harmonia, unidos em perfeito encadeamento.” *Testemunhos para a Igreja*, <egwwritings.org>, 2:651.

¹⁸ Ellen G. White, *Evangelismo*, <egwwritings.org>, p. 339.

¹⁹ Ellen G. White, *Fundamentos da Educação Cristã*, <egwwritings.org>, p. 187.

²⁰ Ellen G. White, “Notes of Travel”, *The Advent Review and Sabbath Herald*, 25/11/1884, p. 738.

²¹ Crocombe, p. 178.

²² Ellet J. Waggoner, “The Bible, Commentaries, and Tradition”, *The Signs of the Times*, 6/1/1887, p. 6.

²³ Ver, por exemplo: Uriah Smith, “The Bible, and the Bible Alone”, *The Advent Review and Sabbath Herald*, 19/3/1857, p. 155.

²⁴ Zoltan Szaloz-Farkas, *The Rise and Development of SDA Spirituality: The Impact of the Charismatic Guidance of Ellen White* (Cernica: Editura Institutului Teologic, 2005), p. 106-107.

²⁵ Jon Paulien, “Three Ways to Approach the Bible: Disciplinary Distinctions—Some Suggestions” (Berrien Springs, MI: Andrews University, 1997), p. 18.

²⁶ Joseph Bates, *A Vindication of the Seventh-Day Sabbath, and the Commandments of God: With a Further History of God’s Peculiar People, from 1847 to 1848* (New Bedford, MA: Press of Benjamin Lindsey, 1848), p. 90.

²⁷ Tiago White, “Our Present Position”, *Review and Herald*, dez. 1850, p. 13.

²⁸ Uriah Smith, “Synopsis of the Present Truth. No. 19”, *Adventist Review and Sabbath Herald*, 25/3/1858, p. 148.

²⁹ John N. Andrews, “The Sanctuary”, *Adventist Review and Sabbath Herald*, 18/6/1867, p. 12.

³⁰ Ellen G. White, *O Grande Conflito*, <egwwritings.org>, p. 423.

³¹ Denis Fortin, “Nineteenth-Century Evangelicalism and Early Adventist Statements of Beliefs”, *Andrews University Seminary Studies* 36, nº 1 (1998): 65. Ver também Alberto R. Timm, *O Santuário e as Três Mensagens Angélicas: Fatores Integrativos no Desenvolvimento das Doutrinas Adventistas*, 4ª ed. (Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2002).

³² Knight, *Em Busca de Identidade*, p. 74, 75, 86.



Gentileza do autor

Marcos Blanco, doutorando em Teologia (Adventist International Institute of Advanced Studies), é editor da revista *Ministério*, edição em espanhol

Exegese pós-moderna

Uma reflexão sobre o uso da hermenêutica filosófica na interpretação bíblica

Jônatas Leal

A medida que o tempo passa, surgem novos desafios para a interpretação das Escrituras. O método histórico-crítico marcou o alvorecer da exegese bíblica na modernidade. Enquanto se distanciava dos ideais hermenêuticos da Reforma Protestante, ele se desenvolvia como um sistema hermenêutico em que não havia lugar para o sobrenatural. Consequentemente, tornou-se inadequado, tendo em vista a natureza singular da Bíblia, especialmente sob a perspectiva adventista.

Contudo, os novos ares da pós-modernidade, principalmente no pós-guerra, trouxeram consigo novos conceitos hermenêuticos que, por meio da filosofia da linguagem, impactaram irreversivelmente tanto as ciências literárias quanto as ciências humanas em geral. A hermenêutica bíblica não ficou ilesa. Novos métodos de interpretação têm surgido como o estruturalismo, o desconstrutivismo, o *reader-response* e as hermenêuticas contextuais da libertação e do feminismo.

Embora se tenha, por meio desses novos métodos, positivamente superado a ilusória realização do conhecimento totalmente objetivo prometido pelo método histórico, passou-se ao outro extremo, o da autonomia histórica do texto. A consequência inevitável disso foi o surgimento do indeterminismo do significado na interpretação bíblica e o retorno a um tipo de *eisegese* como defendida, por exemplo, por José Croatto, na América Latina.

Entre os principais filósofos da linguagem dessa nova corrente está o alemão

Hans-Georg Gadamer que, embora não tenha tratado especificamente de textos bíblicos, tem os princípios de sua hermenêutica filosófica amplamente utilizados por exegetas bíblicos, especialmente os defensores das novas hermenêuticas contextuais, ainda que isso ocorra de forma inconsciente.

Como deveriam os pastores reagir a essas novas abordagens hermenêuticas? As reações podem ir do isolamento à total assimilação. Entretanto, ambas as opções não parecem saudáveis. Assim, este artigo propõe que o melhor caminho é, em primeiro lugar, entender essa nova realidade hermenêutica e, em segundo lugar, tentar extrair dela oportunidades de diálogo e crescimento.

Pilares da hermenêutica pós-moderna

Como ilustração, aqui são explorados três conceitos elaborados na obra de Gadamer que são fundamentais para as novas hermenêuticas contextuais: pré-conceito, tradição e *fusão de horizontes*. Em primeiro lugar, quanto ao *pré-conceito*, o autor afirma que “os preconceitos de um indivíduo, muito mais que seus juízos, constituem a realidade histórica de seu ser”¹ Ele não os vê de forma negativa, como fazia o historicismo clássico. Ao contrário, além de serem inescapáveis, eles é que tornam possível o entendimento. De fato, para Gadamer, “pré-conceito não se refere a algo que deve ser neutralizado ou deixado de lado, mas sim algo do qual não podemos

nos abster e que, por sua vez, torna-se a própria condição de possibilidade de qualquer pretensão à ‘verdade’ em ciência”²

O segundo conceito a ser considerado é o da *tradição*. Por *tradição*, o autor entende o que tem validade sem precisar de fundamentação. A relação entre tradição e costume é elucidada quando ele afirma que “os costumes são adotados livremente, mas não são criados nem fundados em sua validade por um livre discernimento”³ Portanto, já que sua validade não necessita de fundamentos racionais, a tradição é determinada de modo espontâneo. De acordo com Gadamer, “encontramo-nos sempre inseridos na *tradição*, e essa não é uma inserção objetiva, como se o que a tradição nos diz pudesse ser pensado como estranho ou alheio”⁴ Sua crítica ao modernismo também se dá aqui pelo fato de a ciência de sua época reivindicar liberdade total não só dos preconceitos, mas também de estar presa a qualquer *tradição*. Isso ele chama de recepção ou reflexão ingênua. Custódio Almeida destaca: “A tradição é linguagem e esta é um verdadeiro *tu* e, enquanto *tu*, serve de referência ao eu, mas fala por si mesma. [...] Ninguém pode projetar um olhar completamente exterior à linguagem ou à tradição, daí porque o ideal da Ilustração de superar os condicionamentos históricos é algo irrealizável”⁵

Nesse sentido, o próprio Iluminismo era uma tradição, mesmo que não reconhecesse isso. Seus autores eram espontaneamente influenciados, e disso, segundo Gadamer, não podiam fugir. Eles estavam

imersos inconscientemente em sua própria tradição.

Por fim, destaca-se o conceito de *fusão de horizontes*. Antes de Gadamer, o termo foi utilizado por Friedrich Nietzsche e Edmund Husserl, ao se referirem a determinado ponto de vista ou perspectiva.⁶ Chris Lawn enfatiza que, em Gadamer, “‘fusão de horizontes’ é basicamente uma inspiração; nunca pode ser totalmente obtida ou finalmente completada”.⁷ É incompleta porque ter um horizonte é ter uma perspectiva do mundo e, nesse caso, a própria natureza humana é inacabada e sempre em construção. Por outro lado, o horizonte do texto que está no passado não é fixo, está sempre aberto para novas possibilidades. A *fusão de horizontes*, como uma interação entre o presente e o passado, ocorre a partir do jogo de perguntas e respostas. Jogo cujas possibilidades sempre estão abertas; pois, nas palavras de Gadamer, “a conversação autêntica jamais é aquela que gostaríamos de levar [...] em geral, é mais correto dizer que desembocamos e até que nos enredamos numa conversação”.⁸

Para o autor, “horizonte é o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que pode ser visto a partir de determinado ponto”.⁹ No sentido hermenêutico, ter horizontes “significa não estar limitado ao que há de mais próximo, mas poder ver para além disso”;¹⁰ e ganhar um horizonte “quer dizer sempre aprender a ver para além do que está próximo e muito próximo, não para abstrair dele mas, precisamente para vê-lo melhor, em um todo mais amplo e com critérios mais justos”.¹¹ Gadamer ainda conclui que a *tradição* é o lugar em que a *fusão de horizontes* sempre ocorre, onde passado e presente se encontram.

Nesse sentido, o “entendimento é sempre a fusão dos horizontes”.¹² Tal *fusão de horizontes* se dá quando o texto (passado) e o leitor (presente) entram em contato. Mais uma vez, o comentário de Lawn

é útil, “o pensamento aqui é um horizonte que pode ser colocado em contato com outro horizonte. Em vez de um obliterar o outro, acontece um processo de fusão”.¹³ O resultado é o entendimento do texto. Tendo discutido brevemente esses três conceitos, cabe considerar de que modo eles podem ser prejudiciais ou úteis para uma hermenêutica bíblica.

Contribuições e limitações

Gadamer tem razão ao afirmar categoricamente a existência, influência e importância dos *pré-conceitos* para o entendimento de um texto. Principalmen-

Os pastores devem estar conscientes das novas tendências hermenêuticas, que não impactam apenas a maneira pela qual as pessoas interpretam a Bíblia, mas a própria realidade.

te quando vistos como “terreno comum” entre o intérprete e o mundo do texto. A noção do *pré-conceito* enfatiza o papel do leitor no processo hermenêutico, que o historicismo negava ou não valorizava. O texto bíblico se dirige a cada pessoa exatamente onde ela está, em sua própria cultura, ambiente e época. Entretanto, cada um deve avaliar na medida do possível seus próprios preconceitos. Eles precisam ser analisados criticamente, precisam ser questionados pelo texto no fio condutor da distância temporal ou história efetual. Contudo, os critérios para tal crítica não são fornecidos adequadamente por Gadamer. É verdade que a distância

temporal é uma ótima ferramenta para avaliar a linha interpretativa, os acertos e os erros de quem interpretou o texto antes, mas ainda não serve como critério para separar falsos de legítimos *pré-conceitos*. Claude Geffré concorda com isso ao afirmar que “a hermenêutica de Gadamer fracassa ao fornecer critério para o discernimento das consciências falsa e autêntica”.¹⁴

Em segundo lugar, deve-se levar em conta a pertinência do conceito gadameriano de *tradição*. Por meio dessa concepção, Gadamer alerta sobre a “recepção ingênua”, a ideia de que o pesquisador pode se suspender acima do próprio mundo em que está inserido. Desse modo, o mito da neutralidade é desmascarado, conscientizando o intérprete de sua finitude inerente como ser histórico. Somente essa consciência hermenêutica permitirá ao intérprete realizar um trabalho adequado em sua interpretação.

No entanto, há perigo em exagerar a importância da *tradição* proposta por Gadamer. De fato, todos estão inseridos numa *tradição* que exerce profunda influência na percepção que cada pessoa tem do mundo. Contudo, é difícil conceber que a aceitação cega da *tradição* não acabe levando ao conservadorismo ou relativismo, uma vez que todas as tradições

podem apreender o significado correto ao mesmo tempo. O melhor seria aceitar as influências desta sobre o pensamento do pesquisador, em vez de asseverar que ele não tem condições de ultrapassá-la ou rejeitá-la. Tendo isso em vista, melhor seria afirmar que a tradição sempre será o ponto de partida, mas nem sempre o ponto de chegada. A estrada poderá apresentar curvas novas e, quando necessário, o viajante abrirá seu próprio caminho.

Em terceiro lugar, deve-se considerar o conceito de “fusão de horizontes” e sua pertinência para a prática hermenêutica em textos sagrados. A imagem da *fusão de horizontes* denota que a interação entre o

passado (horizonte do texto) e o presente (horizonte do leitor) produz um novo significado que tem validade atual no ambiente em que a fusão ocorre, a saber, a *tradição*. Contudo, tal ideia conduz inevitavelmente a um indeterminismo de significado.

Do ponto de vista deste artigo, seria melhor restringir essa fusão à aplicação pessoal de um texto enquanto reflexão, e não ao seu significado. Em outras palavras, embora o significado de um texto permaneça o mesmo ao longo do tempo, a relevância e as aplicações devocionais, no caso de textos sagrados, podem mudar dependendo do horizonte individual do leitor. Nesse sentido, a fusão pode e deve acontecer.

Conclusão

Em termos gerais, a teoria hermenêutica de Gadamer fornece ferramentas úteis para entender o processo interpretativo. O grande benefício da obra do autor foi ter destacado o papel do leitor na interpretação que, desde o historicismo iluminista, vinha sendo negado. Ele também destacou a influência da tradição, o que previne o pesquisador de uma recepção ingênua da própria interpretação. Com a ideia da fusão de horizontes, Gadamer trouxe à tona a importância da perspectiva pessoal no processo hermenêutico.

Contudo, há sérias limitações em sua teoria que precisam ser mencionadas aqui, ainda que brevemente. Uma das críticas mais equilibradas da obra do filósofo

alemão é feita por Grant Osborne, em sua obra *A Espiral Hermenêutica*.¹⁵ Suas principais observações estão listadas a seguir. (1) Não é muito claro como Gadamer evita a interpretação subjetiva. Ele propõe alguns controles: a história efetual, a tradição e o horizonte do texto. Entretanto, “não há critérios claros para evitar o subjetivismo”.¹⁶ (2) Gadamer não desenvolve um método para distinguir verdadeira de falsa interpretação, ou seja, não há critérios para se perceber entendimentos inadequados. (3) Ele tem uma opinião não crítica da função do leitor na interpretação. Por isso, é difícil ver como evitar a polivalência de significados e, conseqüentemente, a anarquia hermenêutica. (4) Gadamer dá à tradição uma função não crítica no ato de se chegar à compreensão. (5) Por fim, e mais importante, é que o resultado de seu trabalho leva inevitavelmente a uma mudança radical na definição de verdade, já que ela seria diferente, dependendo da tradição que a desenvolvesse.

Sendo assim, sem dúvida os pastores devem estar conscientes das novas tendências hermenêuticas que não impactam apenas a maneira pela qual as pessoas interpretam a Bíblia, mas a própria realidade, incluindo aspectos relacionais e comportamentais no âmbito eclesial e pessoal. Entretanto, além de conhecer, é necessário adquirir a habilidade de dialogar com essas novas tendências sem cair no isolamento nem na assimilação. Nesse sentido, a eficácia do diálogo será fundamental para que

o equilíbrio entre identidade e relevância seja mantido, de modo a capacitar a igreja a cumprir sua missão. **M**

Referências

- ¹ Hans-Georg Gadamer, *Verdade e Método* (Petrópolis, RJ: Vozes, 2007), v. 1, p. 368.
- ² Jean Carlo de Carvalho Costa. “Hans-Georg Gadamer: Notas introdutórias à hermenêutica filosófica contemporânea”, *Fragmentos de Cultura*, v. 14, n. 5, p. 902.
- ³ Gadamer, p. 372.
- ⁴ *Ibid.*, p. 374.
- ⁵ Custódio Luís Silva de Almeida; Hans-Georg Flickinger; Luiz Rohden, *Hermenêutica Filosófica: Nas Trilhas de Hans-Georg Gadamer* (Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000), p. 200.
- ⁶ Chris Lawn, *Compreender Gadamer*, (Petrópolis, RJ: Vozes, 2010), p. 192.
- ⁷ *Ibid.*, p. 92.
- ⁸ Gadamer, p. 497.
- ⁹ *Ibid.*, p. 399.
- ¹⁰ *Ibid.*, p. 400.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 403.
- ¹² *Ibid.*, p. 306.
- ¹³ Lawn, p. 92.
- ¹⁴ Claude Geffré, *Como Fazer Teologia Hoje: Hermenêutica Teológica* (São Paulo, SP: Paulinas, 1989), p. 34.
- ¹⁵ Grant R. Osborne, *A Espiral Hermenêutica: Uma Nova Abordagem à Interpretação Bíblica* (São Paulo, SP: Vida Nova, 2009), p. 602-606.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 605.



Gentiliza do autor

Jônatas Leal, mestre em *Ciência das Religiões e em Teologia*, é professor de Teologia na Faculdade Adventista da Bahia

Diga-nos o que achou deste artigo: Escreva para ministerio@cpb.com.br ou visite www.facebook.com/revistaministerio

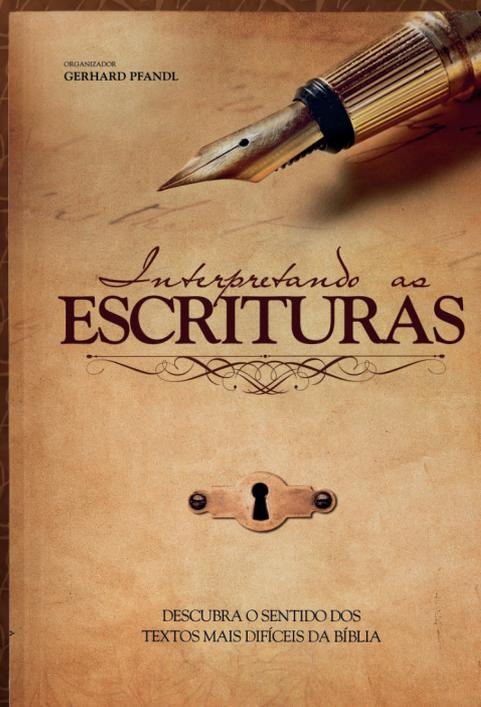
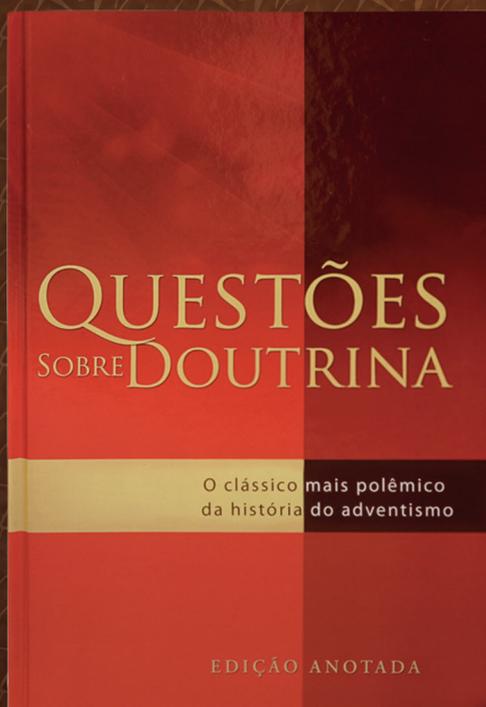


<http://pastor.adventistas.org>

Seu estudo com maior profundidade

Este livro foi escrito para apresentar uma visão mais clara sobre os ensinamentos adventistas para o mundo evangélico, além de motivar a Igreja Adventista a refinar sua teologia em vários aspectos. Com o lançamento desta edição anotada em português, você tem a oportunidade de conhecer esta obra-prima da apologética adventista de forma mais acessível.

Descubra o significado dos textos mais difíceis da Bíblia. Este importante livro foi escrito para pessoas que, enfrentando dificuldades na compreensão de certos textos bíblicos, ficariam gratas em receber alguma ajuda. Ele também será útil a pastores e instrutores bíblicos em seus respectivos ministérios.



Somente as Escrituras

O que os reformadores e Ellen G. White tinham em comum ao lidar com o princípio *Sola Scriptura*?

Alberto R. Timm

O cristianismo pós-apostólico perdeu grande parte de sua identidade bíblica original sob a influência pagã da cultura greco-romana. Muitos intérpretes cristãos encontraram no método alegórico alexandrino liberdade suficiente para uma acomodação sincretista das Escrituras à cultura popular. A aceitação dessa metodologia hermenêutica começou a corroer várias doutrinas bíblicas do cristianismo. Por si só, o alegorismo teria levado a igreja cristã a uma dimensão tão pluralista na interpretação bíblica que sua identidade religiosa acabaria desaparecendo completamente. Entretanto, a igreja de Roma aproveitou esse subjetivismo hermenêutico e a influência sociopolítica do Império Romano para se estabelecer como único intérprete verdadeiro das Escrituras.

Gradualmente, muitas “tradições apostólicas” extrabíblicas remodelaram a interpretação das Escrituras e dos ensinamentos da igreja. Agostinho chegou a declarar: “De minha parte, eu não devo acreditar no evangelho, exceto quando proposto pela autoridade da Igreja Católica.”¹¹ Tomás de Aquino argumentou que “o objeto formal da fé é a primeira verdade, como manifestado na Escritura Sagrada e no ensino da Igreja, que procede da primeira verdade.”¹² Mais tarde, o Concílio de Trento, em sua quarta sessão (1546), afirmou que todas as verdades salvadoras e normas de conduta estão contidas “nos livros escritos e nas tradições não escritas [...] preservadas na Igreja Católica”. À “Santa Igreja-Mãe” pertence

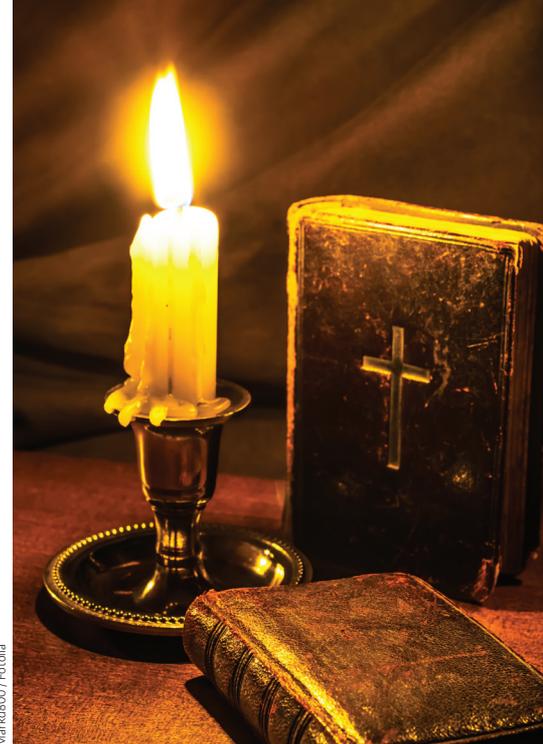
a autoridade de julgar o “verdadeiro sentido e a interpretação” das Escrituras Sagradas.³ Consequentemente, os interesses eclesiásticos prevaleceram sobre a verdadeira fidelidade à Palavra de Deus e, assim, foi construída uma forte tradição hermenêutica não-bíblica.

Durante a Idade Média, pré-reformadores como John Wycliffe, John Huss, Jerônimo de Praga e os valdenses tentaram restaurar a autoridade bíblica acima da tradição religiosa e das decisões da igreja. Embora limitadas em alcance, essas tentativas ajudaram a preparar o caminho para a grande reforma eclesiástica e hermenêutica do século 16.

Este artigo examina, resumidamente, como os reformadores do século 16 usaram o princípio *Sola Scriptura* em resposta à alegação católica de ser o único intérprete verdadeiro da Bíblia, e como Ellen G. White enfatizou e aplicou esse princípio em suas exposições das Escrituras.⁴ Tais conceitos podem prover a estrutura necessária para compreender o papel de Ellen G. White no tempo do fim, enaltecendo o princípio *Sola Scriptura*.

O princípio *Sola Scriptura*

A Reforma do século 16 foi primeiramente uma reforma *hermenêutica* que gerou uma reforma *eclesiástica*. Um dos mais importantes princípios defendidos pelo movimento foi o princípio *Sola Scriptura*, que implicou (1) o reconhecimento teórico das Escrituras como a única regra



Marked00 / Fotolia

de fé e prática em matéria religiosa, e (2) a aplicação desse princípio na interpretação bíblica. Do ponto de vista teórico, Lutero declarou: “Portanto, a Escritura é a sua própria luz. É bom que a Escritura interprete a si mesma.”¹⁵ Na Dieta de Worms (1521), o reformador afirmou que “não aceitava a autoridade dos papas e dos concílios, pois eles se contradiziam” e, a menos que fosse “condenado pela Escritura e pela razão”, jamais recuaria de suas posições.⁶

João Calvino argumentou mais explicitamente que “aqueles a quem o Espírito Santo ensina se ancoram nas Escrituras”, e que a Bíblia, “na verdade, é, por ela mesma, autenticada; portanto, não é correto submetê-la à prova e à razão.”⁷ Da mesma forma, o artigo número 6 dos *Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra* (1571) diz: “As Escrituras Sagradas contêm todas as coisas necessárias à salvação: então, tudo o que nela não se lê nem pode ser provado, não deve ser exigido de qualquer homem nem deve ser considerado necessário para a salvação.”⁸

Todavia, na prática, os reformadores magisteriais não utilizaram o princípio *Sola Scriptura* como razão para rejeitar outras fontes de conhecimento religioso. Lutero não somente aceitou os primeiros Credos Ecumênicos e grande parte dos Pais da Igreja, como também escreveu o *Catecismo*

Menor (1529) e o *Catecismo Maior* (1529). Da mesma forma, Calvino escreveu suas famosas *Institutas da Religião Cristã* (1536, revisada em 1559) e seu próprio Catecismo (1538). Outras confissões e artigos de fé foram criados, expondo uma variedade de crenças protestantes. Além disso, enquanto Zwinglio e Carlstadt rejeitaram tudo o que a Bíblia não endossava, Lutero tendeu a permitir o que a Bíblia não proibia,⁹ assumindo que “o que não é contra a Escritura é para as Escrituras, e as Escrituras para ele”.¹⁰ Ele manteve vários componentes da missa católica em seu modelo litúrgico.¹¹

Diferentes tentativas foram feitas para definir a relação entre as Escrituras inspiradas e outros escritos cristãos e declarações não inspirados. Por exemplo, a *Fórmula de Concórdia* (1577) sugeriu “uma camada tripla de autoridade”,¹² compreendendo (1) as Escrituras proféticas e apostólicas do Antigo e Novo Testamento, que são “o único padrão verdadeiro ou norma pela qual todos os mestres e doutrinas devem ser julgados”; (2) “a doutrina cristã verdadeira”, extraída da Palavra de Deus e contida nos três credos ecumênicos – o Credo Apostólico, o Credo Niceno e o Credo de Atanásio – na confissão luterana e nos artigos doutrinários; e (3) “outros livros bons, úteis e puros, exposições das Escrituras Sagradas, refutações de erros e explicações de artigos doutrinários”.¹³

Lutero enfatizou a autoridade *incondicional* das Escrituras em contraste com a autoridade *relativa* e *condicional* dos teólogos da igreja. Foi concedida autoridade derivada somente àquelas partes da tradição da igreja “que provam estar fundamentadas na Escritura” e aos três credos ecumênicos, “porque ele estava convencido de que estavam em conformidade com as Escrituras”.¹⁴ Consequentemente, a partir de uma perspectiva protestante, um credo é apenas uma *norma normata* (regra secundária de fé) “com autoridade eclesiástica somente e, portanto, relativa, que depende de seu nível de concordância com a Bíblia”, que é a *norma normans* (regra primária de fé).¹⁵

No entanto, Alister E. McGrath argumenta que “a única ala da Reforma a aplicar consistentemente o princípio *Sola Scriptura* foi a da reforma radical, ou ‘Anabatismo’”.¹⁶

Mesmo os anabatistas, porém, que assinaram os sete artigos da Confissão de Schleithem (1527), não foram muito longe no processo de restauração das verdades bíblicas por meio do princípio *Sola Scriptura*. Assim, o lema “igreja reformada, sempre em reforma, segundo a Palavra de Deus” (*ecclesia reformata, semper reformanda, secundum verbum Dei*),¹⁷ deve permanecer como princípio para aqueles que desejam continuar o processo de restauração iniciado pelo Protestantismo.

Em vez de prosseguir com tais esforços, muitos pós-reformistas protestantes começaram a adotar uma hermenêutica alternativa que obscureceu o princípio *Sola Scriptura* e uma interpretação historicista mais específica das profecias bíblicas. Essas alternativas incluíam a interpretação católica futurista e preterista das profecias; o método crítico-histórico, que afasta das Escrituras o elemento sobrenatural e; a fragmentação dispensacionalista da unidade geral das Escrituras. Cada um deles usou um princípio humano em lugar da Bíblia, distorcendo ou mesmo destruindo o princípio *Sola Scriptura*. Durante o século 20, várias hermenêuticas sócio-científicas apareceriam, desafiando ainda mais esse princípio.

Ellen G. White e o princípio *Sola Scriptura*

Muitos restauracionistas e revivalistas norte-americanos do século 19 enfatizaram a necessidade de se redescobrir alguns ensinamentos da igreja apostólica. Entretanto, nenhum outro movimento religioso contemporâneo aplicou tão consistentemente o princípio *Sola Scriptura* para restaurar a verdade bíblica como fizeram os adventistas sabatistas (fundadores da Igreja Adventista do Sétimo Dia). Fundamental nesse processo foi o ministério profético de Ellen G. White que, sem substituir

ou ofuscar a Bíblia (como alguns querem afirmar), na realidade, leva as pessoas a um comprometimento incondicional com o Livro Sagrado como seu próprio intérprete. Isso fica evidente em seus conselhos sobre como a Bíblia deve ser interpretada e a maneira como ela de fato a interpretou.

Sem mencionar nominalmente as teorias futuristas e preteristas, a escritora sustentou a identificação protestante historicista do papado como o “chifre pequeno” de Daniel 7:8, 11, 21, 22, 24-26; 8:9-14; o anticristo de 2 Tessalonicenses 2:1-12; e a besta do mar de Apocalipse 13:1-9.¹⁸ Ela também endossou a interpretação da visão dos 1.260 dias simbólicos de Apocalipse 11:3 e 12:6 (Dn 7:25, Ap 11:2; 12:14; 13:5) como o período da supremacia papal entre 538 e 1798 d.C.¹⁹

Por outro lado, Ellen G. White advertiu veementemente que a fé na Bíblia estava sendo destruída “tão eficazmente pela alta crítica e as especulações, como o era pela tradição e o rabinismo dos dias de Jesus”.²⁰ E acrescentou: “A obra da ‘alta crítica’, em dissecar, conjeturar e reconstruir está destruindo a fé na Bíblia como uma revelação divina. Está roubando a Palavra de Deus em seu poder de controlar, erguer e inspirar vidas humanas.”²¹

Em divergência com a teoria dispensacionalista, que divide a história bíblica em várias (normalmente sete) dispensações distintas, a autora falou de duas dispensações (do Antigo e do Novo Testamento), conectadas entre si por uma interrelação tipológica. Ela declarou: “Não existe o contraste que muitas vezes se afirma haver entre o Antigo e o Novo Testamento, entre a lei de Deus e o evangelho de Cristo, entre os requisitos da dispensação judaica e os da cristã. Toda pessoa salva da antiga dispensação era salva por Cristo tão verdadeiramente quanto somos salvos por Ele hoje em dia. Os patriarcas e os profetas eram cristãos. A promessa do evangelho foi dada ao primeiro casal no Éden, quando haviam se separado de Deus, pela transgressão. O evangelho foi pregado a Abraão.

Os hebreus todos beberam da Rocha espiritual, que era Cristo.²²

Reconhecendo a existência de “graus diversos de desenvolvimento” para satisfazer às necessidades dos seres humanos em diferentes épocas, Ellen G. White argumentou que, em ambas as dispensações, “as reivindicações de Deus são as mesmas” e “os mesmos são os princípios de Seu governo”.²³ “O Antigo Testamento é o evangelho em figuras e símbolos. O Novo Testamento é o corpo, ou substância. Um é tão essencial como o outro.”²⁴

Tendo rejeitado as alternativas hermenêuticas mencionadas acima, Ellen G. White contribuiu com diretrizes eficazes para interpretar as Escrituras Sagradas de acordo com o princípio *Sola Scriptura*. Falando da Bíblia como “seu próprio intérprete”, ela destacou que a Palavra de Deus deve ser estudada no âmbito do grande conflito cósmico-histórico entre Deus e Satanás.²⁵ Ela também promoveu o equilíbrio entre o estudo exegético de determinada passagem²⁶ e sua interpretação à luz da analogia das Escrituras.²⁷

Em outra parte, reiterando sua ênfase na analogia das Escrituras, Ellen G. White confirmou seu resultado positivo: “A Bíblia é seu próprio intérprete, uma passagem explicando a outra. Mediante a comparação de textos referentes aos mesmos assuntos, você verá beleza e harmonia com que nunca sonhou.”²⁸ Esses conceitos evidenciam a maneira como ela realmente usou o princípio *Sola Scriptura* para interpretar a Bíblia.

Ellen G. White e o uso do princípio *Sola Scriptura*

O fato de Ellen G. White não ter feito uma análise exegética moderna do texto bíblico não pode ser usado para negar suas exposições das Escrituras. De fato, o uso que ela fez da Bíblia é *profético*, revelando, em muitos casos, as motivações interiores das pessoas envolvidas e as batalhas espirituais que aconteciam nos bastidores. Além disso, suas exposições estavam em

harmonia com o princípio *Sola Scriptura*, permitindo que a Bíblia fosse seu próprio intérprete.

Enquanto muitos críticos bíblicos questionaram a historicidade de Gênesis 1-11 e negaram seus milagres, a escritora permaneceu em harmonia com os profetas bíblicos que confirmaram a historicidade e a veracidade desses acontecimentos. Por exemplo, a historicidade dos eventos da criação (Gn 1, 2) é confirmada por outros textos tanto do Antigo Testamento (Sl 33:6-9; 94:9; 95:4, 5; 121:2; 136:5-9; 146:5, 6; 148:1-5; Is 40:26) quanto do Novo (At 17:24-26, Cl 1:15, 16; Hb 4:4, 10; Ap 14:7); Ellen G. White também confirmou isso.²⁹ A Bíblia se refere à queda de Adão e Eva pela instigação da serpente (Gn 3) como literal (Rm 5:12, 14, 18, 19; 2Co 11:3; Ap 12:9); a autora compreendeu o assunto da mesma maneira.³⁰ Tanto o Antigo Testamento (Sl 104:6-9) quanto o Novo Testamento (Mt 24:37-39; Hb 11:7; 1Pe 3:20; 2Pe 2:5, 3:6) consideram a história de Noé e o dilúvio universal (Gn 6-8) literais; Ellen G. White também.³¹

A destruição de Sodoma e Gomorra (Gn 19:23-29) é descrita como um evento histórico no Antigo Testamento (Dt 29:23; Is 13:19; Jr 49:18; 50:40; Am 4:11) e no Novo (Lc 17:28, 29; 2Pe 2:6-8; Jd 7); Ellen G. White também descreveu assim.³² A historicidade dos milagres relacionados com o Êxodo e a peregrinação no deserto são confirmadas não somente no Antigo Testamento (Sl 66:6; 78:10-55; 105:26-45; 106:7-33; 136:10-16; Ml 4:4), mas também no Novo (At 7:17-44, Hb 11:22-30); a escritora também o fez.³³ A história de Jonas no ventre do grande peixe (Jn 1:17; 2:10) realmente ocorreu conforme está registrada na Bíblia e relatada por Jesus (Mt 12:39-41); Ellen G. White acreditava assim.³⁴

Em contraste com as tentativas críticas de descobrir o “Jesus histórico” (Albert Schweitzer) e “desmitologizar” os quatro evangelhos (Rudolf Bultmann), Ellen G. White reconheceu como históricas as narrativas e os milagres dos evangelhos. Seu clássico livro *O Desejado de Todas*

*as Nações*³⁵ inspira confiança na maneira como Jesus e Seu ministério são retratados nos evangelhos canônicos e fornece informações úteis sobre essas narrativas. Esse livro é um bom exemplo de seu comprometimento com o princípio *Sola Scriptura* no estudo da Bíblia e na exposição de sua mensagem.

Conclusão

Vale lembrar que o comprometimento de Ellen G. White com o princípio *Sola Scriptura* não é aceito por aqueles que leem a Bíblia sob uma perspectiva hermenêutica diferente, que negam qualquer manifestação pós-canônica do dom profético e que discordam das exposições que ela faz das doutrinas bíblicas. No entanto, numa época em que o cristianismo se encontra dividido em muitas “escolas” quanto à interpretação bíblica e em 45 mil diferentes “denominações” cristãs (até 2014),³⁶ os escritos da autora funcionam como “um filtro profético divino”, útil para remover falsas interpretações artificialmente impostas à Palavra de Deus,³⁷ permitindo que ela se interprete e toque nossa vida com sua mensagem transformadora. **M**

Referências

¹ Agostinho, “Against the Epistle of Manichæus, Called Fundamental,” *A Select Library of the Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church* (NPNF), Série 1, v. 4, p. 215.

² Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, II-II, q. 5, a. 3, <documentacatholicaomnia.eu>.

³ H. J. Schroeder, “Council of Trent, 4th session,” *The Canons and Decrees of the Council of Trent*, (Rockford, IL: TAN, 1978), p. 17, 19.

⁴ Este artigo é uma versão resumida do capítulo “*Sola Scriptura* and Ellen G. White: Historical Reflections” do livro *The Gift of Prophecy in Scripture and History*, eds. Alberto R. Timm e Dwain N. Esmond (Silver Spring, MD: Review and Herald, 2015).

⁵ Martinho Lutero, WA 10/III: 238, linhas 10, 11; WA 7:97, linha 23 (“*scriptura [...] sui ipsius interpres*”).

⁶ Roland H. Bainton, *Here I Stand: A Life of Martin Luther* (Nashville, TN: Abingdon, 1990), p. 144.

⁷ João Calvino, *Institutes of the Christian Religion* 1.7.5, (Filadélfia, PA: Westminster Press, 1960), v. 1, p. 80.

⁸ “The Thirty Nine Articles, 1571, 1662”, <fordham.edu>.

⁹ Roland H. Bainton, *Christendom: A Short History of*

Christianity and Its Impact on Western Civilization (New York: Harper & Row, 1966), p. 31.

¹⁰ Barnas Sears, *The Life of Luther; With Special Reference to Its Earlier Periods and the Opening Scenes of the Reformation* (Filadélfia, PA: American Sunday-School Union, 1850), p. 370, 371.

¹¹ Veja Luther's "The New Ecclesiastical System, 1523-4", B. J. Kidd, ed., *Documents Illustrative of the Continental Reformation* (Oxford: Clarendon, 1911), p. 121-133.

¹² Robert D. Preus, *Getting Into the Theology of Concord: A Study of the Book of Concord* (Saint Louis, MO: Concordia, 1977), p. 22.

¹³ *Concordia: The Lutheran Confessions: A Reader's Edition of the Book of Concord*, 2ª ed. (Saint Louis, MO: Concordia, 2006), p. 508, 509.

¹⁴ Paul Althaus, *The Theology of Martin Luther* (Filadélfia, PA: Fortress, 1966), p. 6, 7.

¹⁵ *The Creeds of Christendom: With a History and Critical Notes*, Philip Schaff, ed. (Grand Rapids, MI: Baker, 1990), v. 1, p. 7.

¹⁶ Alister E. McGrath, *Reformation Thought: An Introduction*, 4ª ed. (Oxford: Wiley-Blackwell, 2012), p. 101 ("scriptura sola").

¹⁷ Michael Bush, "Calvin and the Reformanda Sayings",

Calvinus Sacrarum Literarum Interpres: Papers of the International Congress on Calvin Research, Herman J. Selderhuis, ed., (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2008), p. 285-299.

¹⁸ Ellen G. White, *O Grande Conflito*, <egwwritings.org>, p. 439, 443.

¹⁹ *Ibid.*, p. 439; veja também p. 54, 55, 266, 267.

²⁰ Ellen G. White, *A Ciência do Bom Viver*, <egwwritings.org>, p. 142.

²¹ Ellen G. White, *Atos dos Apóstolos*, <egwwritings.org>, p. 265; *Educação*, p. 227.

²² Ellen G. White, *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia* (Tatuí, SP: CPB, 2014), v. 6, p. 1179, 1180.

²³ Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, <egwwritings.org>, p. 268.

²⁴ Ellen G. White, *Mensagens Escolhidas*, <egwwritings.org>, v. 2, p. 104.

²⁵ Ellen G. White, *Conselhos aos Pais, Professores e Estudantes*, <egwwritings.org>, p. 462, 463.

²⁶ Ellen G. White, *Caminho a Cristo*, <egwwritings.org>, p. 56.

²⁷ Ellen G. White, "The Science of Salvation the First of Sciences", *The Advent Review and Sabbath Herald*, 1/12/1891.

²⁸ Ellen G. White, *Testemunhos para a Igreja*, <egwwritings.org>, v. 4, p. 499.

²⁹ Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, <egwwritings.org>, p. 17-23.

³⁰ *Ibid.*, p. 24-32.

³¹ *Ibid.*, p. 54-64.

³² *Ibid.*, p. 105-115.

³³ *Ibid.*, p. 168-364.

³⁴ Ellen G. White, *Profetas e Reis*, <egwwritings.org>, p. 136-143.

³⁵ Ellen G. White, *O Desejado de Todas as Nações*, <egwwritings.org>.

³⁶ "Status of Global Mission, 2014, in the Context of AD 1800-2025", n. 41, <gordonconwell.edu>.

³⁷ Alberto R. Timm, "Ellen G. White: Prophetic Voice for the Last Days", *Ministry*, fev. 2004, p. 20.



Cartão do autor

Alberto R. Timm, doutor em Teologia (Andrews University), é diretor associado do Ellen G. White Estate, Estados Unidos



XII SIMPÓSIO BÍBLICO-TEOLÓGICO SUL-AMERICANO: O justo viverá pela fé

27 de abril a 1º de maio de 2017

Público-alvo: Teólogos, pastores, estudantes de Teologia e demais interessados no assunto. Os participantes terão a oportunidade de refletir e aprofundar-se na análise da Epístola aos Romanos a partir de uma perspectiva exegética, histórica, teológica, pastoral e interdisciplinar.

Convidados:

Dr. Artur Stele, Associação Geral

Dr. Elias Brasil de Souza, Instituto de Pesquisa Bíblica

Dr. Ekkehardt Mueller, Instituto de Pesquisa Bíblica

Dr. Frank Hasel, Instituto de Pesquisa Bíblica

Dr. Alberto R. Timm, Ellen G. White Estate

Dr. Clinton Wahlen, Instituto de Pesquisa Bíblica

Dr. Kwabena Donkor, Instituto de Pesquisa Bíblica

Dr. Félix Cortéz, Universidad Andrews



**SOCIEDAD ADVENTISTA
DE INVESTIGACIÓN TEOLÓGICA**
UNIVERSIDAD ADVENTISTA DEL PLATA



SALT
SEMINÁRIO ADVENTISTA
LATINO-AMERICANO
DE TEOLOGIA



**UNIVERSIDAD
ADVENTISTA
DEL PLATA**

Todo o Israel será salvo

O Israel de Deus é a comunidade universal de crentes em Cristo Jesus

Kim Papaioannou

“**T**odo o Israel será salvo” (Rm 11:26).¹ Quando confrontados a respeito dessa afirmação paulina, geralmente os comentaristas bíblicos perguntam: “Qual Israel? O físico ou o espiritual?” O Israel físico é constituído pelos judeus descendentes de Abraão, considerados ainda por muitos como o povo escolhido de Deus. O Israel espiritual são todos os que se tornaram crentes em Cristo Jesus. Aqueles que defendem o conceito de um Israel espiritual acreditam que o Israel físico tenha sido o povo escolhido na época do Antigo Testamento. No entanto, sua rejeição de Jesus permitiu que o Senhor seguisse em frente com Seus propósitos. Ele estendeu o evangelho a todas as nações, e a comunidade de fé que se formou em Cristo se tornou o Israel espiritual. Espiritual no sentido de que não tem ascendência física em Abraão, mas é contado como povo de Deus pela fé.

Israel físico?

Seria bíblico o conceito de um Israel somente “físico” atualmente ou nos tempos do Antigo Testamento? Acredito que

a resposta seja não. Embora Abraão tivesse gerado pelo menos oito filhos biológicos (Gn 16:11; 21:3; 25:1, 2), somente um se tornou parte da aliança, os outros não (Gn 21:10, cf. Gl 4:30, Gn 25:6). Por outro lado, outros que não descendiam biologicamente do patriarca passaram a fazer parte da aliança: “Aqueles que tiverem oito dias de idade entre vós serão circuncidados, todos os filhos do sexo masculino nas vossas gerações, aquele que nascer em vossa casa ou o comprado com dinheiro *de qualquer estrangeiro, que não é seu descendente*. [...] E a minha aliança estará na vossa carne como uma aliança eterna” (Gn 17:12, 13, ênfase acrescentada).

De fato, uma das razões por que Deus escolheu Abraão foi que ele ensinaria não só seus filhos, mas todas as pessoas de sua casa, independentemente do contexto histórico a que pertenciam: “Eu o escolhi [Abraão] para que ordene a seus filhos e a sua casa depois dele, a fim de que guardem o caminho do Senhor” (Gn 18:19).

A casa de Abraão era numerosa. Provavelmente, mais de mil pessoas.

Certa ocasião, ele reuniu 318 homens “nascidos em sua própria casa” (Gn 14:14) e os liderou para libertar Ló. Que sua família tenha compartilhado a mesma fé fica evidenciado pelo fato de que o patriarca confiou em um de seus servos para encontrar uma esposa para Isaque, que o fez jurando “pelo Senhor” (Gn 24:1-3).

Os descendentes diretos de Jacó que entraram no Egito eram 70 (Êx 1:5). No Êxodo, Israel contava com 600 mil homens em idade militar (Êx 12:37, ver Nm 1:46), além de mulheres, crianças e idosos, totalizando 2 a 3 milhões de pessoas. Nenhuma taxa de crescimento biológico realista poderia ter produzido tal crescimento.

Entretanto, se compreendemos que Israel agia de modo inclusivo, da mesma forma que a família de Abraão foi inclusiva, então fica mais fácil entender o incrível crescimento numérico. Os cerca de 3 milhões de pessoas que deixaram o Egito não eram descendentes biológicos de Abraão, mas todos ligados à casa de Israel, unidos por meio de cônjuges, servos e ajudantes de diversas procedências.

Na verdade, no momento em que os israelitas deixaram o Egito, uma multidão mista foi com eles (Êx 12:38), participando plenamente da aliança. A integração e aceitação desses estrangeiros fica evidenciada pelo fato de que um deles, Calebe, tornou-se líder da tribo de Judá (Nm 13:3, 6). Não há razão para supor que tais integrações tenham ocorrido somente durante o Êxodo e não antes, embora em número menor.

Quando Deus renovou o concerto com Israel (Êx 19-24), foi um pacto aberto. A participação era voluntária. Na história dos israelitas, muitas pessoas que não eram descendentes diretos de Abraão passaram a fazer parte da comunidade da aliança. José se casou com uma egípcia (Gn 41:45); Moisés, com uma midianita (Êx 2:16-21); Calebe, já mencionado, era quenezeu (Nm 32:12); Raabe, cananeia (Js 2:1, 2); Rute, moabita (Rt 1:4); Urias, heteu (2Sm 11:3). O próprio rei Davi não era totalmente israelita (Rt 4:17).

Não somente pessoas, mas grupos inteiros de estrangeiros aderiram à aliança. Por exemplo, além da “multidão mista” mencionada, os cananeus que não foram mortos nem expulsos, e também os recabitas, que foram aceitos por sua fidelidade a Deus (Jr 35:1-19). Os capitães de Davi comandavam queretitas e peletitas (1Cr 18:17), provavelmente, convertidos, pois seria difícil imaginar o exército do rei de Israel cheio de soldados pagãos.

Ao longo de toda a monarquia, houve milhares de estrangeiros em Israel (1Cr 22:2; 2Cr 30:25), aos quais a Septuaginta (LXX) chama de *prosêlutoi*, “prosélitos” ou conversos.² No tempo de Salomão, seu número chegou a mais de 153 mil (2Cr 2:17).

Na época de Ester, após o colapso do plano de Hamã, “muitos do povo da terra se tornaram judeus” (Et 8:17). Essa onda de conversões continuou mesmo após os eventos importantes descritos no livro (Et 9:27). Artaxerxes autorizou Esdras a nomear juízes para o povo da província “além do rio” que conhecia a lei, e para ensinar aqueles que não a conheciam (Ed 7:25). Possivelmente, tenha sido uma

autorização para converter pessoas de outras nações.³

Durante o período intertestamentário, o rei João Hircano converteu toda a nação dos idumeus (edomitas) ao judaísmo, sob ameaça de morte.⁴ Dali veio a célebre família de Herodes.⁵

Nos tempos do Novo Testamento, os fariseus ficaram conhecidos por seu zelo missionário (Mt 23:15). As sinagogas tinham conversos estrangeiros que temiam ao Senhor (At 13:16, 26; 16:14; 17:17). Gentios se reuniam em Jerusalém para adorar durante as festas (Jo 12:20). Quinze nações são mencionadas entre “judeus” e “prosélitos” (At 2:9-11) que participaram do Pentecostes.

Deus desejava que Sua aliança fosse estendida a todas as nações: “A minha casa será chamada casa de oração para todos os povos” (Is 56:7). O fato de que para alguns, como os moabitas, houve certas restrições para participar da aliança (Dt 23:3), mostra que, para outros, o acesso era livre.

Qualquer pessoa, de qualquer etnia, podia fazer parte do concerto. Contudo, os israelitas que pertenciam a ele podiam optar entre permanecer ou ser expulsos. Ser “cortado” do povo de Israel equivalia a estar sendo castigado por vários pecados (por exemplo, Êx 30:33, 38; 31:14; Lv 7:20, 21, 25, 27). Até que ponto isso foi realizado, não sabemos, mas a provisão estava lá. A palavra apostasia, ou “afastar-se da fé”, não é incomum na LXX para descrever a atitude às vezes rebelde de Israel em relação a Deus (Js 22:22; 2Cr 29:19).

É evidente, então, que qualquer pessoa podia aderir à aliança divina, e centenas de milhares (talvez milhões) o fizeram ao longo da história de Israel. Além disso, qualquer pessoa podia escolher não mais fazer parte dela.

Na linguagem atual, poderíamos dizer que Israel funcionou como uma igreja, tendo pessoas se juntando a ela ou saindo dela. Na verdade, *ekklēsia*, “igreja”, foi o termo escolhido por Estêvão para descrever o antigo Israel de Deus: “Este é aquele

que estava na congregação [*ekklēsia*] no deserto” (At 7:38). Para que ninguém se sinta tentado a considerar esse um exemplo solitário, a LXX usa *ekklēsia* 77 vezes, e quase todas as menções se referem a Israel.

À luz das evidências apresentadas até aqui, seria antibíblico falar do “Israel físico” como “descendentes físicos exclusivos” de Abraão. Embora o Israel literal existisse como nação durante boa parte de sua história no Antigo Testamento, aos olhos de Deus, a verdadeira filiação não dependia da ascendência, senão da fé (Rm 2:29). Paulo reconheceu isso quando afirmou que, durante o tempo de Acabe, de toda a nação, somente um remanescente de 7 mil fiéis permaneceu leal a Deus, e eles constituíam o verdadeiro Israel (Rm 11:1-5). Biblicamente, portanto, Israel era uma comunidade espiritual à qual as pessoas se uniam e/ou dela eram removidas sem consideração de ascendência ou raça.⁶

Com essas circunstâncias em mente, podemos entender a declaração paulina de que “todo Israel será salvo” em seu contexto.

A parábola da oliveira

Em Romanos 11:16-24, Paulo tomou o conceito da identidade espiritual e o desenvolveu para explicar a relação entre a igreja cristã e os judeus que rejeitaram Jesus. Ele fez isso por meio da parábola da oliveira.

A parábola foi extraída de Jeremias 11:16, 17, em que Israel é comparado a uma “oliveira verde, formosa por seus deliciosos frutos” (v. 16). No entanto, como o povo havia se conduzido mal, seguindo a Baal, Deus queimaria alguns ramos com fogo. Parte do motivo dessa punição era porque haviam rejeitado as mensagens de advertência do profeta Jeremias (Jr 11:17-23).

A oliveira representava Israel, a comunidade da aliança, que uma vez fora bela e perfeita. Contudo, assim como os israelitas rejeitaram os apelos de Jeremias

(v. 19), que se sentia como um “manso cordeiro” sendo levado ao matadouro, eles rejeitaram outro Cordeiro, Jesus, e O levaram à morte. Não somente isso: mesmo após Sua ressurreição, muitos judeus ainda O rejeitaram.

Paulo comparou os ramos que foram cortados aos judeus que haviam rejeitado Jesus (Rm 11:17) “por causa da incredulidade” (v. 20). Esses ramos “naturais” foram excluídos da família de Deus (v. 20, 21).

Duas coisas se destacam aqui. Primeira, apenas os ramos mortos (estéreis) foram cortados, a árvore não foi rejeitada. De fato, ela continua viva e “santificada” (v. 16), a fim de nutrir e sustentar os ramos restantes (v. 18). Segunda, uma vez que a árvore representa Israel e os ramos que eram estéreis foram cortados, segue-se que eles não são mais parte da árvore (Israel). Assim, nenhum ramo “incrédulo” pertence mais ao verdadeiro Israel.

Com seus ramos cortados, a árvore que foi bela agora parece disforme. Como Deus lida com esse problema? Os ramos de outras oliveiras, oliveiras selvagens, são enxertados na boa oliveira. Esses ramos são pessoas de todas as nações que vêm pela fé em Jesus, “[os cristãos de todas as nações], sendo uma oliveira selvagem, foram enxertados entre eles” (v. 17).

Um ponto importante precisa ser observado. Deus não planta uma nova árvore, a igreja cristã. Em vez disso, os ramos, que eram selvagens, são enxertados na mesma árvore antiga, que continua a existir e a fornecer alimento. Uma vez que a planta simboliza o Israel de Deus e os ramos selvagens são enxertados nela, eles se tornam parte do Israel bíblico. Eles não são uma nova instituição. Em certo sentido, o Israel do Antigo Testamento que, como vimos, era uma entidade espiritual, continua a existir e prosperar, depois de ter passado por um processo de poda por meio da

eliminação dos ramos infrutíferos e da adição de novos fiéis.

A árvore era bela e majestosa. Depois, ficou disforme, porque alguns de seus ramos foram podados. No entanto, após novos ramos serem enxertados, a planta se tornou novamente formosa e completa. Os novos ramos são a continuação natural dessa maravilhosa árvore.

A igreja não substituiu Israel. A igreja é a continuação natural de Israel, assim como os ramos são a continuação natural de uma árvore! Os crentes em Cristo são o verdadeiro Israel.

É importante notar que, ao fazer tal abordagem Paulo refletiu o pensamento

original não apenas teológica e cerimonialmente, mas também fisicamente, e formaram a conhecida comunidade de Qumran.⁹ Portanto, quando Paulo tratou os judeus que haviam rejeitado Jesus como ramos cortados da oliveira verdadeira (Israel), e os crentes em Cristo como verdadeiros ramos, ele argumentou com fundamentos teológicos que eram conhecidos dos seus contemporâneos.

Além disso, inicialmente, Paulo não se preocupou em discutir a questão da separação entre cristãos e judeus, a qual começou a amadurecer somente uma geração depois. Nessa fase inicial, os cristãos eram, em sua grande maioria, de origem judaica,



Uma vez que a oliveira simboliza o Israel de Deus e os ramos selvagens são enxertados nela, eles se tornam parte do Israel bíblico.

Brasatilla / Fotolia

de seu tempo. O conceito judaico de estar em apostasia ou “cortado” não era desconhecido naqueles tempos turbulentos. Os fariseus, que foram os responsáveis pelo desenvolvimento teológico do judaísmo, surgiram dos judeus piedosos que haviam rejeitado a adoção do sumo sacerdócio pelos asmoneus no segundo século antes de Cristo, e se consideravam separados da elite governante.⁷

De fato, o termo fariseu deriva do aramaico *perisa*, que significa “separado”, “separados”.⁸ Os essênios, que eram contemporâneos de Jesus e de Paulo, consideravam a si mesmos o verdadeiro Israel, e o templo de Jerusalém e seu sacerdócio, apóstatas. Eles se separaram do judaísmo

e trabalhavam no contexto da sinagoga e do judaísmo. Então, ver alguns participantes do serviço da sinagoga como ramos saudáveis e outros como cortados seria um conceito familiar. Que cristãos e judeus tenham tomado rumos totalmente separados, talvez sirva para reforçar o paradigma que o apóstolo estava adotando.

“Todo o Israel será salvo”

Paulo concluiu sua argumentação com a declaração inicial deste artigo, afirmação quase sempre mal-interpretada: “Todo Israel será salvo” (v. 26). Afinal, qual Israel será salvo, o “físico” ou “espiritual”?

De maneira bem simples, a chave para entender esse texto está na interpretação de

suas palavras em paralelo com a ilustração paulina sobre a oliveira e seus ramos. Israel, o povo de Deus, era belo e majestoso. Entretanto, uma “cegueira” (NKJV) ou “endurecimento” tomou conta de uma grande parte dos israelitas (Rm 11:25). Eles endureceram o coração (Hb 4:7).¹⁰ Recusaram a salvação em Cristo. Essa condição foi ilustrada por Paulo pelo corte de alguns ramos da oliveira original. O fracasso de Israel para com a aliança abraâmica e a rejeição de Jesus transformou a expectativa divina da oliveira em uma decepção. Entretanto, a intenção de Deus para com a oliveira, que ela dê fruto e manifeste a graça divina revelada na cruz para a redenção da humanidade, não pode e não deve falhar.

Como Deus lida com isso? Ele traz “a plenitude dos gentios” (Rm 11:25). Traz para onde? Para Israel, é claro! Para preencher o espaço deixado por aqueles cujo coração endureceu. A palavra grega *plērōma*, “plenitude”, é um substantivo que indica algo que está parcialmente vazio ou sendo preenchido.¹¹ Assim, o vazio deixado por aqueles que não acreditaram é preenchido pelos gentios que entram e ocupam seu lugar. Paulo argumentou que os gentios, os ramos da oliveira brava, estranhos à aliança, são enxertados e formam a comunidade da fé cristã, uma árvore frutífera, reunida de toda a raça humana.

Então, Paulo declarou: “E, assim todo o Israel será salvo” (v. 26). A expressão: “E, assim” indica uma conclusão. Alguns caíram por causa de sua incredulidade, outros entraram e entrarão para ocupar seu lugar. Por isso, Paulo pôde alegremente declarar que todo o Israel será salvo.

Portanto, “todo o Israel” não se refere ao “Israel físico”, um conceito errôneo. “Todo o Israel” significa todos os crentes de todas as épocas, dos patriarcas do Antigo Testamento aos cristãos da atualidade, das raízes da oliveira original (abraâmica) no Antigo Testamento até seu último e menor ramo. Refere-se à totalidade do povo de Deus ao longo dos séculos.

Conclusão

Este artigo procurou estabelecer dois pontos principais. Primeiro, o termo “Israel” na Bíblia não se refere à descendência física, mas denota aqueles comprometidos com a fé em Deus. Uma comunidade espiritual, não racial.

Segundo, de acordo com Romanos 9, o “Israel espiritual” nunca foi rejeitado. É verdade que a rejeição à morte e ressurreição de Jesus por parte dos israelitas foi o ponto principal da mudança das relações divinas com a humanidade (Dn 9:24-27; Mt 21:43). Entretanto, pessoas foram rejeitadas. Israel como povo de Deus continua a existir. É constituído por todos aqueles que aceitam Cristo como Senhor e Salvador, independentemente de ascendência ou raça. Os crentes em Jesus são os verdadeiros filhos de Abraão (Gl 3:7).

Quais são as implicações? Várias, mas vamos mencionar três:

1. Com relação aos judeus modernos, não há nenhum espaço para o antissemitismo. Sua Escritura Sagrada é parte da nossa, sua herança bíblica é também nossa. Eles não são uma nação indigna da salvação. São ramos cortados, irmãos e irmãs que falharam em aceitar o Messias. Nossa missão é amá-los e convidá-los a aceitar, pela fé, Jesus Cristo, como todos os outros seres humanos.

2. Contudo, eles também não são o povo escolhido de Deus. O Senhor escolheu e nutriu a oliveira verdadeira. Os ramos que foram cortados não fazem mais parte dessa árvore. Eles podem ser reintegrados, mas somente pela fé em Cristo (Rm 11:23). Os propósitos divinos serão cumpridos na árvore – os crentes em Jesus – não nos ramos cortados.

3. Os cristãos fariam bem em explorar novamente as raízes do Israel bíblico, incluindo o sábado do sétimo dia, e vê-las como totalmente, não indiretamente, nossa herança. A ruptura profunda entre o

Israel bíblico e a igreja cristã, que provoca muitos debates teológicos atualmente, é arbitrária e não bíblica. Ela rouba do cristianismo algo que é muito valioso. A igreja cristã é a continuação natural do Israel da aliança abraâmica, assim como os ramos são a continuação natural da árvore. Uma redescoberta mais completa de nossas raízes pode aumentar nossa espiritualidade e adoração. **M**

Referências

¹ Salvo indicação contrária, todas as passagens são da Almeida Revista e Atualizada.

² Henry George Liddell e Robert Scott, *An Intermediate Greek-English Lexicon*, “prosēlutoi” (Oxford: Oxford University Press, 1945).

³ O fato de Artaxerxes reconhecer Deus como o “Deus dos céus” (Ed 7:23, NVI) pode indicar que a autoridade conferida a Esdras tivesse uma aplicação mais ampla, incluindo permissão para converter não judeus.

⁴ Flávio Josefo, *Antiguidades* 13.9.1. Ver também Bernard M. Zlotowitz, “Sincere Conversion and Ulterior Motives,” em *Conversion to Judaism in Jewish Law: Essays and Responses*, ed. Walter Jacob e Moshe Zemer (Pittsburgh, PA: Rodef Shalom, 1994), p. 67.

⁵ Josefo, *Antiguidades* 14.1.3.

⁶ Aqueles que se convertem ao judaísmo são considerados judeus e passam a ter o direito de imigrar para Israel. Por outro lado, judeus que se convertem ao cristianismo não mais são considerados judeus e não podem imigrar para lá.

⁷ Everett Ferguson, *Backgrounds of Early Christianity* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2003), p. 514.

⁸ Liddell e Scott, *An Intermediate Greek-English Lexicon*, “perisa”.

⁹ Ferguson, *Backgrounds of Early Christianity*, p. 521-531.

¹⁰ “Apo merous” também pode significar (a) endurecimento “parcial” ou (b) de “uma parte” de Israel. O contexto favorece a segunda opção.

¹¹ Liddell e Scott, *An Intermediate Greek-English Lexicon*, “plērōma”.



Gentileza do autor

Kim Papaioannou, doutor em Teologia (University of Durham), é pastor em Chipre

Deus e a escravidão

O Senhor revelado no Antigo Testamento seria um escravocrata?

Glauber S. Araújo

“Gostaria de vender minha filha como escrava, conforme orienta Êxodo 21:7. Atualmente, qual seria um preço justo no mercado?” A pergunta me deixou em estado de choque, ao perceber que não estava lendo um inquérito do século 18, mas uma carta aberta a Laura Schlessinger, a apresentadora de um programa de rádio que oferece dicas práticas para o cotidiano, com base em princípios fundamentados no Antigo Testamento.¹ O tom sarcástico do pedido, no entanto, revelava as verdadeiras intenções da inquiridora.

Embora o comércio de escravos não mais seja aceito na maior parte do mundo, essa pergunta remete a uma preocupação muito atual: como devemos interpretar e aplicar os textos do Antigo Testamento em nossa vida? Alguns textos apresentam um verdadeiro desafio, especialmente no contexto pós-moderno em que vivemos. À primeira vista, eles parecem até descrever um Deus “controlador, mesquinho, injusto e intransigente; genocida étnico e vingativo, sedento de sangue; perseguidor misógino, homofóbico, racista, infanticida, filicida, pestilento, megalomaniaco, sadomasoquista e malévolo”, só para citar algumas das injúrias levantadas por Richard Dawkins em sua famosa obra *Deus, um Delírio*.²

Tome, por exemplo, Levítico 25:44-47 (NTLH): “Se precisarem de escravos ou escravas, vocês poderão comprá-los dos povos vizinhos do seu país. Também poderão

comprar os filhos dos estrangeiros que moram no meio de vocês. Essas crianças que nascerem na terra de Israel poderão ser compradas como escravos.” Esse texto parece indicar que o Criador do universo recomenda que tenhamos escravos, certo? Deveríamos obedecer a essa ordem e comprar escravos para nosso lar, em pleno século 21?

Essa pergunta, embora pareça absurda, levanta questões atuais, referentes à relevância da Bíblia para nosso mundo pós-moderno. Ela chega a ameaçar a compreensão acerca do próprio caráter divino; pois, como deveríamos nos submeter à vontade de um Deus que aprova a escravidão, quando sabemos que essa é uma prática desumana e cruel? Conforme Sam Harris argumentou em *Letter to a Christian Nation*: “Todo o mundo civilizado concorda em afirmar que a escravatura é uma abominação. Que tipo de instrução moral obtemos do Deus de Abraão sobre esse assunto?”³

Ao lermos o Antigo Testamento, temos a impressão de que os escravos no antigo Israel eram tratados como animais e objetos. Como compreender esses textos bíblicos quando ensinamos e pregamos a respeito de um Senhor que ama, salva, perdoa e trata todos os seres humanos como iguais? Que tipo de moralidade estamos promovendo quando convidamos todos a seguir a Bíblia? Como amar um Deus que aparentemente aprovou um sistema que aliena e desumaniza seus próprios filhos?

Diferenças notáveis

Ao procurar compreender os textos do Antigo Testamento que se referem à escravidão, devemos nos lembrar de que eles não autorizam o mesmo tipo de escravidão que ocorreu entre os séculos 17 e 19. Céticos e ateus usam textos bíblicos para distorcer a imagem que temos de Deus. À primeira vista, aparentemente o Senhor parece ser injusto e malévolo. No entanto, quando analisamos a questão de modo mais profundo, percebemos que o tipo de escravidão sancionada por Deus era muito diferente daquela que alimentamos em nossa imaginação. A escravidão que ocorria em Israel diferia bastante daquela em que os negros africanos sucumbiram, conforme retratada por Hollywood em filmes como *Django Livre* (2012) e *Doze Anos de Escravidão* (2013). Christopher J. H. Wright adverte corretamente: “Devemos eliminar de nossa mente imagens como os galeões romanos de *Ben-Hur*, as gargalheiras, os navios negreiros e as plantações de cana ligadas à escravidão moderna, quando lemos a palavra ‘escravo’ no Antigo Testamento.”⁴ Existem várias diferenças entre ambos os tipos de escravidão.

Uma das diferenças está em como alguém se tornava escravo. No Antigo Testamento, um israelita poderia ser vendido unicamente por um motivo: dívida financeira (Lv 25:39, 47).⁵ Por exemplo, um ladrão, quando capturado, deveria devolver o dobro daquilo que havia roubado (Êx 22:1-4). Como a maioria dos ladrões normalmente

não tem o suficiente, era muito difícil eles conseguirem fazer isso. Assim, Deus permitiu que eles quitassem sua dívida por meio de trabalho manual.

Em alguns casos, as pessoas endividadas também poderiam vender-se como escravas (Lv 25:39, 47) e saldar sua dívida por meio do trabalho (2Rs 4:1). Um bom exemplo disso pode ser encontrado na história da fome no Egito nos dias de José. Quando os egípcios haviam gastado todo seu dinheiro e suas posses para comprar alimento de Faraó, eles decidiram vender-se como escravos em troca de mantimento. Esse acordo foi mantido entre o povo e Faraó até que a seca/fome passasse (Gn 47:19). Assim, a servidão de um escravo hebreu não produzia mudanças em sua condição social ou pessoal – após completar seu tempo de serviço, ele estava livre para retomar seus negócios.⁶

Portanto, a escravidão era tida como um ato *voluntário*, isto é, ninguém deveria ser vendido à força como escravo.⁷ Conforme a lei israelita, se alguém sequestrasse um compatriota para fazê-lo escravo deveria ser sentenciado à morte (Êx 21:16). Essa foi uma realidade totalmente diferente daquela enfrentada pelos escravos negros.

Outro equívoco muitas vezes disseminado se refere ao *status* de escravo quando comparado ao de servo comum. Na Bíblia, o termo hebraico *ebed* ou grego *doulos* pode ser traduzido como “escravo” ou “servo”. Paulo, por exemplo, ao identificar-se como “servo de Jesus Cristo” (Rm 1:1), empregou a mesma palavra grega para se referir a Onésimo, o escravo que estava retornando à casa de Filemom (Fm 16). Conforme Wright indica em sua obra *Old Testament Ethics for the People of God*, considerando a imagem mental que criamos de escravidão, a expressão “escravo” “não foi muito feliz em traduzir” a palavra hebraica *ebed*, “que basicamente significava um trabalhador com vínculo

empregatício”, sendo às vezes usada para aludir a “cargos elevados, quando era o caso de servos da realeza”.⁸ Embora seja comum crer que escravos eram propriedade de seus senhores, tratados e usados sem quaisquer direitos pessoais, os escravos do Antigo Testamento *tinham* direitos pessoais e poderiam, em muitos casos, galgar posições importantes no governo da nação, como foi o caso de José (Gn 41:39-45). De fato, eles eram, em sua maioria, “trabalhadores domésticos. [...] Eles complementavam, mas não substituíam, o trabalho dos membros livres do lar. [...] Esse tipo de

As leis escravistas do Antigo Testamento tinham como intenção a proteção de pessoas vulneráveis a possíveis tratamentos humilhantes.

serviço pode ser visto como *experimentalmente* pouco diferente daquele desempenhado por empregos pagos em uma economia monetária”.⁹

Um israelita vendido como escravo não poderia permanecer nessa condição por mais do que seis anos (Êx 21:2). Independentemente do valor da dívida, o tempo máximo permitido para o trabalho escravo era esse. No sétimo ano, ele deveria voltar livre para seu lar. Quando isso ocorresse, o senhor era instruído a fornecer liberalmente recursos “do teu rebanho, da tua eira e do teu lagar; daquilo com que o Senhor, teu Deus, te houver abençoado, lhe darás” (Dt 15:14).

Se, por algum motivo, um escravo fugisse, os israelitas eram instruídos a acolhê-lo e protegê-lo. Não havia captura de escravos fugitivos em Israel. Eles eram livres para escolher onde gostariam de viver e que atividade apreciariam empreender (Dt 23:15-16). Além disso, não deveriam sofrer opressão nem violência. Essa era uma lei peculiar e impressionante, especialmente quando consideramos o tratamento que escravos africanos recebiam quando fugiam de seus senhores. No Brasil, por exemplo, as penalidades recaíam não somente sobre os escravos que fugiam, mas também sobre aqueles que lhes ofereciam abrigo.

Essa questão da violência estabelece uma diferença gritante, quando comparamos a escravidão do Antigo Testamento àquela ocorrida na América do Sul. Enquanto nos países sul-americanos era esperado que os donos infligissem dor a seus escravos, as leis israelitas proibiam os senhores de aplicar qualquer tipo de tratamento violento. Se um escravo fosse tratado de forma cruel, ele ganhava sua liberdade (Êx 21:26), enquanto seu mestre, recebia o castigo (v. 20). A própria violência infligida ao escravo lhe servia de passaporte para a liberdade. Portanto, os senhores de escravos tinham todo o cuidado quando se tratava desse assunto,

pois qualquer descuido representaria a perda de um trabalhador. Esses regulamentos claramente mostram que as leis do Antigo Testamento estavam preocupadas com o bem-estar e a integridade física do escravo.¹⁰ Portanto, embora a “escravidão” fosse autorizada por Deus no Antigo Testamento, era muito distinta do que se vê nos romances e filmes modernos.

Além disso, essa prática israelita destoava de como assírios, hititas ou babilônios tratavam seus escravos. Tome, por exemplo, o código de Hamurabi. No caso de um escravo sofrer algum tipo de dano físico ou castigo (perder um olho ou dente), era seu dono que deveria receber a

compensação pelo prejuízo, não o escravo. “As leis de Esnuna e o código de Hamurabi jamais consideravam o escravo como parte injustiçada.”¹¹ Outro exemplo desse tipo de prática ocorreu nos dias do Império Romano. Certa vez, um senador foi assassinado por um escravo. O escravo pagou por seu crime não somente com sua vida, mas com a de 400 membros de sua família!¹²

Enquanto as leis das nações vizinhas eram mais severas contra seus escravos, as leis de Israel serviam para proteger da violência, agressão e injustiça.¹³ Nesse sentido, a sociedade israelita era atraente para escravos estrangeiros que estivessem em busca de refúgio e uma vida com dignidade. De fato, eles dispunham de maior segurança econômica e legal do que aqueles que, embora tecnicamente livres, não tivessem terras, fossem empregados ou simples artesãos.¹⁴ O *Anchor Bible Dictionary* ressalta que “na Bíblia, encontramos o primeiro apelo no mundo literário a um tratamento humano para escravos, com base em seu valor próprio, e não no lucro que seus mestres desfrutariam”¹⁵

Assim, em vez de tratar escravos como objetos, propriedades ou seres desumanizados, os regulamentos veterotestamentários os elevavam a um nível de dignidade previamente desconhecido. Walther Eichrodt, teólogo alemão e especialista em Antigo Testamento, reforça essa singularidade em Israel: “Na avaliação de danos provocados a propriedades, no tratamento de escravos, no estabelecimento de castigos contra ofensas indiretas e na rejeição de castigos que envolvem mutilações, o valor da vida humana é exaltado a um patamar incomparavelmente maior do que o valor material [...] Isso só se tornou possível graças à profundidade de um conceito até então nunca considerado – a nobreza do ser humano, algo que hoje é um conceito fundamental para a conduta moral.”¹⁶

A abolição da escravatura

Quando lidamos com a questão da escravatura na Bíblia, uma pergunta sempre

reaparece: “Por que Deus simplesmente não acabou com tudo?” Se os israelitas sofreram tanto sob a escravidão do Egito, por que o Senhor permitiu que essa prática continuasse depois de livres?

É um equívoco assumir que, porque Deus não *aboliu* a escravidão, Ele não tenha Se pronunciado sobre o assunto. Todos os textos do Antigo Testamento sobre o tema são um protesto de Deus contra os sistemas escravistas mantidos pelas nações vizinhas de Israel. Devemos nos lembrar de que, no caso de Israel, a escravidão era uma medida desesperada para pessoas que não tinham um dispositivo de segurança contra crises financeiras. O próprio Jesus nos lembrou que sempre haveria pobres entre nós (Mt 26:11). Como Israel deveria se tornar uma teocracia, o Senhor permitiu um sistema que, em tempos de fome e crise financeira, daria chances às pessoas de sobreviver por meio de trabalho honroso, em vez de atos criminosos.

Os donos de terras e plantações eram incentivados a, além de permitir que os famintos colhessem grãos durante o tempo de colheita (Lv 23:22), tratar seus escravos como companheiros necessitados, dignos de respeito humano. Jesus, inclusive, enquanto ensinava Seus discípulos, estabeleceu os fundamentos que, uma vez postos em prática, transformariam cada pessoa da sociedade e conduziriam à abolição dos males sociais. A simples observância da regra de ouro seria suficiente para prevenir a escravidão de seres humanos.¹⁷

Conclusão

Conforme vimos, as leis veterotestamentárias não caracterizam um Deus tirano e cruel. Ao contrário, elas apresentam um Deus misericordioso e amável, que conhece a realidade da pobreza, da fome e da miséria, a ponto de permitir um sistema que sustentaria os necessitados durante os tempos de crise. As leis escravistas do Antigo Testamento tinham como intenção a proteção de pessoas vulneráveis a possíveis tratamentos humilhantes. Se os

senhores de escravos durante os séculos 17 a 19 tivessem seguido os regulamentos do Antigo Testamento, a história teria transcorrido de forma diferente. Isso só confirma o fato de que a Bíblia continua sendo um livro relevante para assuntos contemporâneos. Por meio dela, podemos compreender que todo ser humano foi criado à imagem de Deus e, portanto, é digno de valor, cuidado e respeito.¹⁸ **M**

Referências

- ¹ “An open letter to Dr. Laura Schlessinger”, <dailykos.com>, acesso em outubro de 2016.
- ² Richard Dawkins, *Deus, um Delírio* (São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007), p. 55.
- ³ Sam Harris, *Letter to a Christian Nation* (Nova York, NY: Alfred Knopf, 2006), p. 14.
- ⁴ Christopher J. H. Wright, *Old Testament Ethics for the People of God* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 2011), p. 333.
- ⁵ A. Negev, “Slavery and Work”, *The Archaeological Encyclopedia of the Holy Land*, 3ª ed. (Nova York, NY: Prentice Hall Press, 1990).
- ⁶ Ibid.
- ⁷ Paul Copan, *Is God a Moral Monster?* (Grand Rapids, MI: Baker Books, 2011), p. 127.
- ⁸ Wright, p. 333.
- ⁹ Ibid.
- ¹⁰ Wright, p. 335.
- ¹¹ R. Tuente, “Escravo”, *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, Lothar Coenen e Colin Brown, eds. (São Paulo, SP: Vida Nova, 2000), v. 1, p. 674.
- ¹² Don F. Neufeld, “Escravo”, *Dicionário Bíblico Adventista do Sétimo Dia* (Tatuí, SP: CPB, 2016), p. 433.
- ¹³ Copan, p. 139.
- ¹⁴ Wright, p. 333.
- ¹⁵ Muhammad A. Dandamayev, “Slavery (Old Testament)”, *Anchor Bible Dictionary*, David N. Freedman, ed., v. 6 (Nova York, NY: Doubleday, 1992).
- ¹⁶ Walther Eichrodt, *Theology of the Old Testament*, (Londres: SCM Press, 1967), v. 2, p. 321.
- ¹⁷ Neufeld, p. 433.
- ¹⁸ Artigo publicado originalmente em inglês na *Compass Magazine*.



Glauber S. Araújo, mestre em Ciência da Religião (Universidade Metodista de São Paulo), é editor de livros na Casa Publicadora Brasileira



CONCURSO DE ARTIGOS

A revista **Ministério** está promovendo pela primeira vez o Concurso de Artigos para estudantes de Teologia. Todos os alunos matriculados em programas de graduação ou pós-graduação podem participar.

TEMA E REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

1. Em 2017 serão celebrados os 500 anos da Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero. Aproveitando essa ocasião histórica, o tema dos artigos deverá relacionar-se com esse evento. Os textos podem explorar aspectos *bíblicos, históricos, teológicos e aplicados* que dialoguem com a Reforma.
2. Os textos deverão ser enviados em MS Word para o e-mail ministerio@cpb.com.br. Por favor, inclua as seguintes informações no cabeçalho do artigo: nome, endereço, e-mail, telefone, afiliação religiosa, nome da instituição educacional em que está matriculado e o título do manuscrito.
3. Ao fazer citações bibliográficas, identifique as fontes. Insira notas de fim de texto (não notas de rodapé) com referência completa. Use números arábicos nas notas. Utilize a fonte Arial, tamanho 12, espaço 1,5, justificado. Os textos deverão conter no máximo 15 mil caracteres com espaço.
4. Será aceito somente um artigo por autor.

PRÊMIOS

1º lugar: Coleção Minicentro Ellen G. White

2º lugar: Coleção Comentário Bíblico Adventista

3º lugar: Bíblia de Estudo Andrews

A comissão avaliadora será formada pela equipe editorial da *Ministério*, por representantes do Seminário Adventista Latino-americano de Teologia e da Associação Ministerial da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Publicação

1. Não haverá devolução dos artigos enviados.
2. Os ganhadores do concurso darão à revista *Ministério* os direitos de publicação do artigo. Embora os editores pretendam publicar esses textos, a publicação não é garantida.

Data limite de inscrição:

Os textos deverão ser enviados até **30 de maio de 2017**

Apoio:



Seminário Adventista
Latino-americano de Teologia
Associação Ministerial

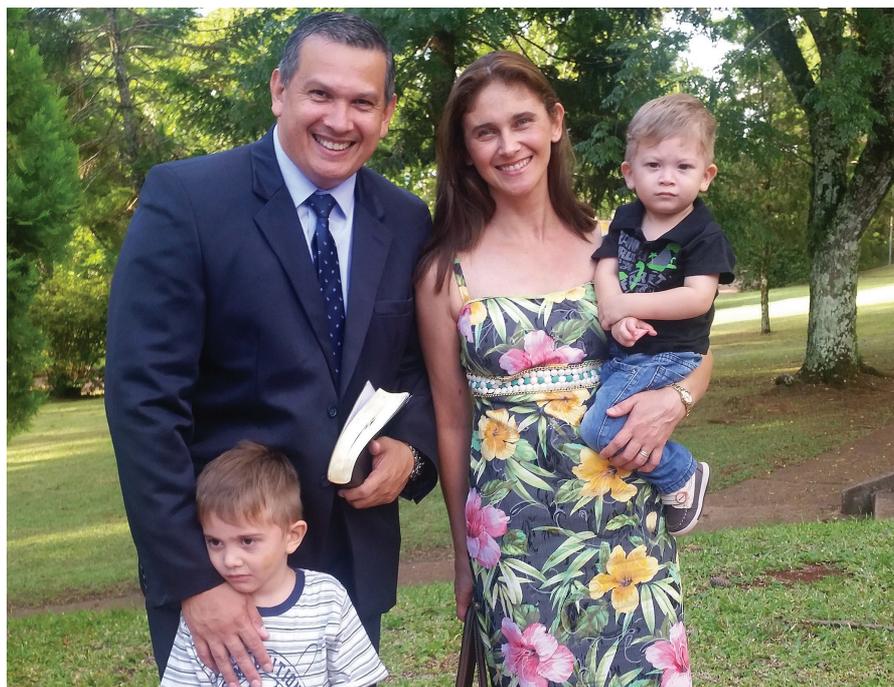
De policial a pastor

Como pastores, geralmente falamos a respeito do chamado que Deus nos fez e da maneira pela qual Ele nos capacitou para o ministério. De uma forma ou de outra, o Senhor nos separou para a nobre tarefa de pregar o evangelho. No entanto, com o passar dos anos, corremos o risco de nos esquecer desse chamado. Por isso, quero compartilhar meu testemunho com você, prezado colega, e espero que ele seja motivador para sua vida.

Quando minha família se tornou adventista, eu tinha apenas cinco anos de idade. Morávamos na cidade de Apóstoles, na província de Misiones, Argentina. Lamentavelmente, quando cheguei à adolescência, abandonei a igreja. Acreditava que minha vocação era servir às forças armadas. Mais tarde, entrei para a academia de polícia, e procurei aperfeiçoar-me ao máximo. No período de estudos, tive a oportunidade de ser treinado pelo Grupo de Operações Especiais do exército argentino e por equipes norte-americanas da SWAT.

Após 10 anos de serviço, percebi que minha vida era vazia. Tinha tudo o que queria: poder, *status* e dinheiro, mas não era feliz. Certa noite, não conseguia dormir. Era madrugada, e tive a impressão de ter ouvido a voz do Espírito Santo. Naquele momento, minha vida toda passou como um filme diante de mim. Observei minha esposa que dormia tranquilamente e a quem eu havia feito sofrer por minhas atitudes erradas. Pensei em meus pais, e em como deviam estar sofrendo por eu estar tão distante do Senhor.

Durante aqueles momentos, por duas vezes peguei o revólver para me matar. Entretanto, ao mesmo tempo, senti o desejo



Gentileza do autor

de abrir o coração a Deus. Com o passar das horas, fui sentindo alívio e paz como se um peso tivesse sido tirado de mim. Essa experiência me levou a desfrutar de um novo relacionamento com o Criador.

Tempos depois, senti o chamado divino para cursar Teologia e me tornar pastor. Aos 30 anos, iniciei a faculdade. O primeiro ano do curso foi uma prova de fogo para mim, mas o Senhor, em Sua infinita misericórdia, encarregou-Se de enviar pessoas que sempre me incentivaram a prosseguir.

Querido colega, seja qual for sua função: pastor distrital, capelão, administrador, professor... jamais se esqueça de que Deus o chamou e de que você está onde está porque Ele tem um plano para sua vida. Por isso, procure ser um canal de bênçãos às pessoas.

O apóstolo Paulo disse: "Mas o que, para mim, era lucro, isto considereí perda por causa de Cristo. Sim, deveras considereí tudo como perda, por causa da sublimidade do conhecimento de Cristo Jesus,

meu Senhor; por amor do qual perdi todas as coisas e as considero como refugio, para conseguir Cristo" (Fp 3:7, 8).

Lamentavelmente, por diversos motivos, vi cair alguns companheiros de estudo e ministério ao longo do caminho. Se você, porventura, está passando neste momento por uma crise familiar, econômica, espiritual, vocacional, de saúde ou outro motivo, não deixe de confiar em Deus. Lembre-se de que foi Ele mesmo quem o chamou para pastorear Seu rebanho e cumprir Sua missão. Seja o que for que estiver enfrentando, o Senhor pode solucionar. Neste momento da história terrestre, Ele necessita de um exército de pastores como os valentes de Davi.

Meu desejo é que Deus abençoe ricamente seu ministério, e que possamos chegar juntos à Canaã celestial, tendo cumprido a missão que nosso Mestre nos confiou! **M**

Aldo Borch é pastor em Jardín América, Província de Misiones, Argentina

Música para adoração

Geralmente, quando vamos à igreja, esperamos que os responsáveis pelo louvor trabalhem de maneira bem criteriosa ao escolher as músicas para a adoração. No entanto, em muitas ocasiões, parece que esse cuidado tem estado ausente. Além do índice temático na parte

final do hinário, CDs e DVDs, há uma infinidade de novos hinos e músicas sendo produzidos diariamente pelos compositores cristãos contemporâneos. As novas produções podem ser facilmente encontradas na internet. Diante de tamanha oferta, como decidir o que pode ser usado?

Na obra *Selecting Worship Songs: A Guide for Leaders* (Triangle Publishing, 2011), Constance Cherry, Mary Brown e Christopher Bounds, professores de Música e Adoração, utilizam uma ferramenta avaliativa, anotações e orientações litúrgicas, para ajudar os responsáveis pela adoração a escolher as músicas. Eles classificam o assunto em três categorias: teologia, linguagem e música. Os autores prescrevem um sistema de pontuação, conferindo o máximo de pontos à música que preenche os requisitos em sua respectiva categoria (veja o box).

Considerações adicionais são sugeridas quanto à letra das músicas: Quão claras são suas frases, sua estrutura, sua gramática e seu uso? E quanto à escolha do tom? A temática é coerente? A rima na letra é interessante? Contém linguagem artística, figurada, imagens e especificidade?

Por último, é preciso avaliar sua composição. Essa avaliação não deve ser quanto ao tipo, mas sim, quanto à qualidade:

- A música tem melodia consistente que usa intervalos longos e curtos de maneira criteriosa? Tem extensão vocal equilibrada? É facilmente memorizável?

- O ritmo é fácil de ser cantado? É interessante? Retrata a ação do texto e ajuda na declamação? Os cantores conseguem interpretá-la?

- A harmonia sustenta a progressão melódica sem cobri-la? Usa quantidades de consonância e dissonância que permitem cantá-la em partes?

- Os componentes musicais contribuem para apoiar, destacar e interpretar o texto?

- A música é acessível para o canto congregacional em relação ao alcance vocal, repetição estrutural e facilidade de canto uníssono e/ou em partes?

As sugestões apresentadas aqui não devem ser a palavra final em favor ou contra qualquer música em particular. Entretanto, elas fornecem um ponto de partida para selecionar boas canções em meio à grande variedade que atualmente se encontra disponível. Seria bom usar diferentes tipos de música em nosso canto congregacional. Harold M. Best, em seu livro *Music Through the Eyes of Faith* (HarperCollins, 1993), resumiu isso muito bem ao dizer: "O apóstolo Paulo nos motiva a expressar nossos sentimentos a Deus 'com ação de graças e súplicas' (Fp 4:6), seja qual for nossa condição. Penso que precisamos fazer o mesmo por meio da música." **M**

Proclamação
<ul style="list-style-type: none"> • É fiel aos ensinamentos fundamentais do cristianismo, os quais são inegociáveis.
<ul style="list-style-type: none"> • Expõe o ensinamento de forma clara e completa.
<ul style="list-style-type: none"> • Elabora o ensinamento.
<ul style="list-style-type: none"> • Leva o adorador a responder de maneira específica (louvar, mudar, servir).
Petição
<ul style="list-style-type: none"> • Contém sólida instrução teológica sobre a oração.
<ul style="list-style-type: none"> • É coerente com os padrões bíblicos de oração.
Louvor
<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta claramente os aspectos do caráter e da natureza de Deus.
<ul style="list-style-type: none"> • Demonstra vasta compreensão da natureza divina.
<ul style="list-style-type: none"> • Associa o louvor às ações criativas e salvíficas de Deus.
<ul style="list-style-type: none"> • Relaciona o louvor com as atribuições apropriadas das pessoas da Divindade.
Exortação
<ul style="list-style-type: none"> • Concentra-se na edificação espiritual para levar a uma vida cristã bem-sucedida.
<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta os objetivos mais amplos do reino dos Céus, em vez de se limitar somente à santidade.
Chamado à ação
<ul style="list-style-type: none"> • Declara explicitamente o que o cantor fará.
<ul style="list-style-type: none"> • Associa sua resolução com a necessidade da graça e do auxílio divinos.
<ul style="list-style-type: none"> • Relaciona sua intenção com os propósitos maiores do reino de Deus.



Gratidão do autor

Richard Hickam, doutorando em Música (Liberty University), é ministro de adoração na igreja do Florida Adventist Hospital



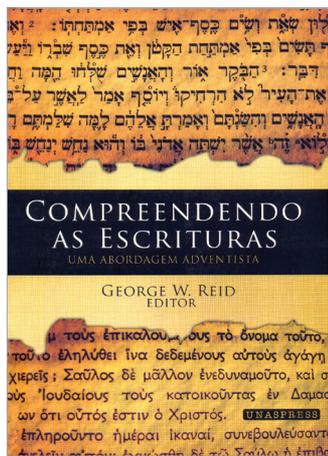
O Pastor como Teólogo Público: Recuperando uma Visão Perdida

Kevin J. Vanhoozer e Owen Strachan, *Vida Nova*, 2016, 256 p.

O cristianismo requer com urgência que mentes teológicas retornem ao contexto a que pertencem: o corpo de Cristo – Sua igreja. Kevin J. Vanhoozer e Owen Strachan, autores do livro *O Pastor como Teólogo Público*, pretendem recuperar a importância teológica da “profissão” mais excelente do mundo e despertar a igreja para esta vocação imensamente desafiadora, emocionante e prazerosa: a do ministro de Deus.

De forma específica, a obra tem como objetivo ajudar três grupos. Os pastores, porque precisam fortalecer a essência teológica de sua vocação para ministrar a Palavra de Deus. As igrejas, porque precisam ser incentivadas a repensar a natureza do trabalho de seus pastores, incentivando-os para que se desenvolvam como teólogos “públicos”. E, por último, os seminários, porque existem para formar pastores; porém, diminuindo o abismo entre as disciplinas teológicas e as práticas.

O Pastor como Teólogo Público propõe mudança de paradigma pastoral, oferecendo uma alternativa positiva. Sua leitura é recomendada para todos aqueles que desejam servir suas igrejas como teólogos, pastores, pregadores e líderes.

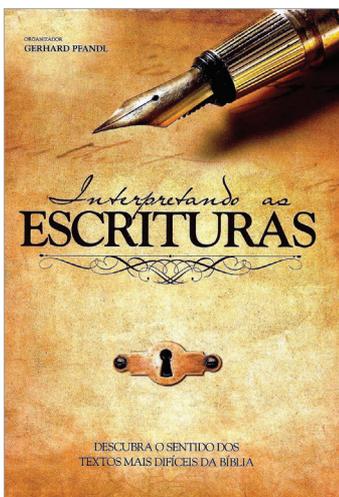


Compreendendo as Escrituras

George W. Reid (org.), *Unaspress*, 2007, 363 p.

O cristianismo enfrenta uma grave crise hermenêutica. Muitas denominações, abdicando o *Sola* e *Tota Scriptura*, têm diluído os princípios universais da Palavra de Deus no subjetivismo cultural contemporâneo. Precisamos urgentemente enaltecer a perpetuidade da Bíblia, em contraste com a transitoriedade das ideologias humanas.

Escrita por um grupo de teólogos e eruditos bíblicos, a obra apresenta uma série de princípios de interpretação das Escrituras. Aborda temas como a natureza da revelação, a inspiração e autoridade da Bíblia, e apresenta pressuposições escriturísticas para se obter melhor compreensão da Palavra revelada. É uma ferramenta indispensável para todo aquele que deseja se aprofundar nos fundamentos e métodos de interpretação das Escrituras.



Interpretando as Escrituras

Gerhard Pfandl (org.), *Casa Publicadora Brasileira*, 2015, 384 p.

As dificuldades na compreensão de alguns textos bíblicos podem ser resultado de diferenças culturais, temporais ou do desafio que eles impõem à nossa maneira de pensar e agir. *Interpretando as Escrituras* tem como objetivo principal aplicar os princípios da interpretação bíblica abordados no livro *Compreendendo as Escrituras* a textos de difícil interpretação do Antigo e Novo Testamentos.

Os 49 autores que contribuíram para essa obra apresentam respostas claras e biblicamente sólidas a mais de 100 perguntas referentes à Bíblia e a seus ensinamentos. Por exemplo: Existem erros na Bíblia? A Terra existia em estado caótico antes da semana da criação? Onde Caim encontrou esposa? O que Jesus quis dizer ao ordenar que sejamos “perfeitos”? Que vinho Jesus fez em Caná? Quem são os 144 mil e a grande multidão?

Ele serve de referência para aqueles que estão interessados em compreender o sentido de alguns textos bíblicos mais difíceis e, especialmente, para quem atua na área ministerial.

A crise hermenêutica

Alguns dividem a história da filosofia em três grandes períodos: pré-modernismo, modernismo e pós-modernismo. A cosmovisão pré-moderna dava primazia ao divino e enfatizava o sobrenatural. Havia valores objetivos, princípios absolutos e realidade transcendental. A verdade podia ser conhecida por meio da revelação.

No fim do século 18, essa perspectiva começou a ser substituída pelo surgimento da cosmovisão moderna. A nova ideologia descartou o sobrenatural e propôs que a razão, e não mais a revelação, podia revelar qualquer verdade objetiva.

Entretanto, a partir da segunda metade do século 20, o modernismo foi sucedido pelo pós-modernismo (embora alguns já falem até em pós-pós-modernismo). Certo é que, em nossa sociedade e cultura atuais, Deus e a razão têm sido descartados, e a verdade se constrói na mente e na imaginação de cada pessoa. Não existem fundamentos universais, transcendentais. Há diversidade, caos e relativismo. O emocional supera o racional, a experiência pessoal tem substituído a verdade e o ceticismo tem ocupado o espaço da certeza moral.

Segundo o pós-modernismo, uma leitura simples e direta da Bíblia não pode ser considerada fonte autoritativa da verdade absoluta. Existe, em seu lugar, um desconstrucionismo bíblico, onde cada cristão, seja teólogo, pastor ou leigo, escolhe o que julga ser mais conveniente e apropriado, faz uma aplicação atual segundo lhe pareça melhor e descarta o que não aprecia, como “questões culturais” antiquadas.

O problema com esse tipo de leitura é que a pessoa se coloca no centro da busca de significado na Bíblia. Obviamente, com tal enfoque, extrai-se uma pequena parte de toda a verdade que Deus deseja revelar aos seres humanos. Pior ainda, essa abordagem compromete as conclusões acerca da própria revelação divina.

É muito apropriado que no ano em que se completam os 500 anos da Reforma Protestante, os herdeiros do movimento iniciado por Lutero recordem e enfatizem os princípios hermenêuticos que a impulsionaram: *Sola, Tota e Prima Scriptura*. Isso implica abandonar nossas opiniões e preconceitos pessoais e pedir a direção do Espírito Santo (Jo 14:26; 16:13). A interpretação das Escrituras é uma experiência religiosa e, ao deixar

de lado nossas ideias preconcebidas, demonstramos nossa disposição de submeter-nos à mensagem revelada por Deus.

Contudo, interpretar as Escrituras também é uma experiência intelectual enriquecedora. O Espírito Santo não ignora nossa intelectualidade. O Senhor espera que utilizemos nossa razão santificada para estudar a Bíblia. A sabedoria verdadeira surge do temor do Senhor, de uma entrega completa a Ele como Rei e Salvador. Quem tem a verdadeira sabedoria ouve a Palavra e está disposto a segui-la por onde quer que ela o conduza em sua busca pela verdade.

Nesse sentido, é primordial adotar em nosso estudo o método apropriado de interpretação, permitindo que o Espírito nos ajude a identificar, nas Escrituras, os princípios de interpretação que utilizaremos. A Bíblia é sua própria intérprete e, o Espírito, por meio dela, há de ser quem julga qualquer método interpretativo. Nossa única segurança está em uma leitura simples e direta da Bíblia, sem a mistura com teorias científicas ou sistemas filosóficos.

Por último, a interpretação bíblica também é uma experiência coletiva. O Espírito não ignora a comunidade de fiéis. Uma pessoa que pretende ser a voz de Deus na formulação de doutrinas ou ensinamentos bíblicos, tentando impor sobre a igreja seu próprio ponto de vista, é perigosa para a comunidade de crentes e geralmente leva à desunião. O Espírito Santo guia o corpo de Cristo, como um todo, a uma melhor e mais correta compreensão da Bíblia (At 15:28; Ef 3:17-19). Isso requer disposição de nossa parte para deixar de lado nossas opiniões pessoais ante ao conselho bíblico apropriado da comunidade de crentes.

Volvamos à Palavra: estudemos e preguemos mais a Palavra, e somente ela. “Seca-se a erva, e cai a sua flor, mas a Palavra de nosso Deus permanece eternamente” (Is 40:8). **M**



A Bíblia é sua própria intérprete e, o Espírito, por meio dela, há de ser quem julga qualquer método interpretativo.”



gentiliza do autor

Walter Steger, graduado em Teologia, é editor associado da revista *Ministério*, edição em espanhol.

Reavivamento

Não há maior prioridade.

Que sua oração seja: "Renova-me, ó Pai!"

